DIÁRIO DO LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais Quarta-feira - 17 de julho de 2013

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarqüínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

LIDERANÇAS – 2013

BLOCO TRANSPARÊNCIA E RESULTADO - BTR - (COLIGAÇÃO PSDB - PSD - DEM - PEN - PHS - PPS - PR - PRTB - PTdoB)

Líder: Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líderes: Deputada Ana Maria Resende, Deputados Bosco, Rômulo Viegas e Fred Costa.

BLOCO AVANÇA MINAS - BAM - (COLIGAÇÃO PV - PTB - PSC - PSB - PP - PMN - PTC - PCdoB)

Líder: Deputado Tiago Ulisses
Vice-Líderes: Deputado Inácio Franco

BLOCO MINAS SEM CENSURA - MSC - (COLIGAÇÃO PT-PMDB - PRB)

Líder: Deputado Sávio Souza Cruz
Vice-Líderes: Deputados Gilberto Abramo, Pompílio Canavez, Rogério Correia, Vanderlei Miranda e Deputada Maria Tereza Lara

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT

Líder: Deputado Carlos Pimenta.
Vice-Líder:Deputado Sargento Rodrigues

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Gustavo Valadares

LIDERANÇA DA MINORIA

Líder: Deputado Paulo Guedes

LIDERANÇA DO GOVERNO

Lider: Deputado Bonifácio Mourão.
Vice-Líderes: Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Deiró Marra, Duarte Bechir, Leonardo Moreira e Luiz Henrique.

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo Corrêa	BTR	Presidente
Deputado Inácio Franco	BAM	Vice-Presidente
Deputado Leonardo Moreira	BTR	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT (vaga cedida pelo BTR)	
Deputado Antônio Carlos Arantes		
Deputado Rogério Correia	PT	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB	

MEMBROS SUPLENTES:

Deputado Jayro Lessa	BTR
Deputado Juarez Távora	BAM
Deputado Célio Moreira	BTR
Deputado Tenente Lúcio	PDT (vaga cedida pelo BTR)
Deputado Romel Anízio	BAM
Deputado Ulysses Gomes	PT
Deputado Sávio Souza Cruz	PMDB

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Paulo Lamac	PT	Presidente
Deputada Luzia Ferreira	BTR	Vice-Presidente
Deputado Pompílio Canavez	PT	
Deputado João Leite	BTR	
Deputado Carlos Pimenta	PDT (vaga cedida pelo BTR)	

MEMBROS SUPLENTES:

Deputado Almir Paraca	PT
Deputado Rômulo Viegas	BTR
Deputado Paulo Guedes	PT
Deputado Fábio Cherem	BTR
Deputado Lafayette de Andrada	BTR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa	BTR	Presidente
Deputado Leonídio Bouças	PMDB	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputado Duilio de Castro	BAM	
Deputado Gustavo Perrella	PDT (vaga cedida pelo BAM)	
Deputado André Quintão	PT	

MEMBROS SUPLENTES:

Deputado Lafayette de Andrada	BTR
Deputado Gilberto Abramo	PRB (vaga cedida pelo PMDB)
Deputado Bonifácio Mourão	BTR
Deputado Gustavo Corrêa	BTR
Deputado Romel Anízio	BAM
Deputado Tiago Ulisses	BAM
Deputado Rogério Correia	PT

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elismar Prado	PT	Presidente
Deputada Luzia Ferreira	BTR	Vice-presidente
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputado Tiago Ulisses	BAM	
Deputado Carlos Mosconi	BTR	

MEMBROS SUPLENTES:

Deputado Almir Paraca	PT
Deputado Lafayette de Andrada	BTR
Deputado Luiz Humberto Carneiro	BTR
Deputado Rômulo Veneroso	BAM
Deputado Zé Maia	BTR

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Rômulo Veneroso	BAM	Presidente
Deputado Fred Costa	BTR	Vice-Presidente
Deputada Liza Prado	BAM	
Deputado Duilio de Castro	BAM	
Deputado Adalclever Lopes	PMDB	

MEMBROS SUPLENTES:

Deputado Lafayette de Andrada	BTR
Deputado Romel Anízio	BAM
Deputado Braulio Braz	BAM
Deputado Tiago Ulisses	BAM
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Liza Prado	BAM	Presidente
Deputado Cabo Júlio	PMDB	Vice-presidente
Deputada Ana Maria Resende	BTR	
Deputado Glaycon Franco	BTR	
Deputado Almir Paraca	PT	

MEMBROS SUPLENTES:

Deputado Antônio Carlos Arantes	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB
Deputado Fred Costa	BTR
Deputado Doutor Wilson Batista	BTR
Deputada Maria Tereza Lara	PT

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval Ângelo	PT	Presidente
Deputado Rômulo Viegas	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rogério Correia	PT (vaga cedida pelo PDT)	
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Zé Maia	BTR	

MEMBROS SUPLENTES:

Deputada Maria Tereza Lara	PT
Deputado Bonifácio Mourão	BTR
Deputado Paulo Lamac	PT (vaga cedida pelo PDT)
Deputado Duarte Bechir	BTR
Deputado Célio Moreira	BTR

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Duarte Bechir	BTR	Presidente
Deputada Maria Tereza Lara	PT	Vice-Presidente
Deputado Bosco	BTR	
Deputado Deiró Marra	BTR	
Deputado Elismar Prado	PT (vaga cedida pelo PDT)	

MEMBROS SUPLENTES:

Deputado Neilando Pimenta	BTR

Deputada Luzia Ferreira	BTR
Deputado Rômulo Viegas	BTR
Deputado Rogério Correia	PT
Deputado Paulo Lamac	PT (vaga cedida pelo PDT)

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias – terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Marques Abreu	BAM	Presidente
Deputado Ulysses Gomes	PT	Vice-Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB	
Deputado Mário Henrique Caixa	BAM	
Deputado Tenente Lúcio	PDT	

MEMBROS SUPLENTES:

Deputado Juarez Távora	BAM
Deputado Cabo Júlio	PMDB
Deputado Tiago Ulisses	BAM
Deputado André Quintão	PT
Deputado Carlos Pimenta	PDT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias: - quartas-feiras – 14 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia	BTR	Presidente
Deputado Jayro Lessa	BTR	Vice-Presidente
Deputado João Vitor Xavier	BTR	
Deputado Lafayette de Andrada	BTR	
Deputado Adalclever Lopes	PMDB	
Deputado Ulysses Gomes	PT	
Deputado Romel Anízio	BAM	

MEMBROS SUPLENTES:

Deputado Luiz Humberto Carneiro	BTR
Deputado Gustavo Corrêa	BTR
Deputado Sebastião Costa	BTR
Deputado João Leite	BTR
Deputado Ivair Nogueira	PMDB
Deputado Paulo Guedes	PT
Deputado Tiago Ulisses	BAM

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio Moreira	BTR	Presidente
Deputado Duarte Bechir	BTR	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Corrêa	BTR	
Deputado Rômulo Veneroso	BAM	
Deputado Sávio Souza Cruz	PMDB	

MEMBROS SUPLENTES:

Deputado Lafayette de Andrada	BTR
Deputado Gustavo Valadares	BTR
Deputada Luzia Ferreira	BTR
Deputado Inácio Franco	BAM
Deputado Ivair Nogueira	PMDB

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras - 16h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio Souza Cruz	PMDB	Presidente
Deputado Tiago Ulisses	BAM	Vice-Presidente
Deputado João Vitor Xavier	BTR	
Deputado Juarez Távora	BAM	
Deputado Carlos Henrique	PRB (vaga cedida pelo BTR)	

MEMBROS SUPLENTES:

Deputado Adalclever Lopes	PMDB
Deputado Rômulo Veneroso	BAM
Deputado Lafayette de Andrada	BTR
Deputado Antônio Carlos Arantes	
Deputado Bosco	BTR

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André Quintão	PT	Presidente
Deputada Maria Tereza Lara	PT	Vice-Presidente
Deputado Fred Costa	BTR	
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	
Deputado Neilando Pimenta	BTR	

MEMBROS SUPLENTES:

Deputado Paulo Lamac	PT
Deputado João Vitor Xavier	BTR
Deputado Bosco	BTR
Deputado Duarte Bechir	BTR
Deputado Ulysses Gomes	PT

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio Carlos Arantes		
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	Vice-Presidente
Deputado Inácio Franco	BAM	
Deputado Romel Anízio	BAM	
Deputado Paulo Guedes	PT	

MEMBROS SUPLENTES:

Deputado Tiago Ulisses	BAM
Deputado Glaycon Franco	BTR
Deputado Duilio de Castro	BAM
Deputado Antonio Lerin	BAM
Deputado Durval Ângelo	PT

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Vanderlei Miranda	PMDB	Presidente
Deputado Paulo Lamac	PT	Vice-Presidente
Deputado Célio Moreira	BTR	
Deputado Glaycon Franco	BTR	

Deputado Marques Abreu	BAM

MEMBROS SUPLENTES:

Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB
Deputada Maria Tereza Lara	PT
Deputado João Leite	BTR
Deputado Doutor Wilson Batista	BTR
Deputada Liza Prado	BAM

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor Wilson Batista	BTR	Presidente
Deputado Luiz Humberto Carneiro	BTR	Vice-Presidente
Deputado Antonio Lerin	BAM	
Deputado Deiró Marra	BTR	
Deputado Gilberto Abramo	PRB (vaga cedida pelo PMDB)	

MEMBROS SUPLENTES:

Deputado Hélio Gomes	BTR
Deputado Lafayette de Andrada	BTR
Deputado Tiago Ulisses	BAM
Deputado Sebastião Costa	BTR
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos Mosconi	BTR	Presidente
Deputado Carlos Pimenta	PDT	Vice-Presidente
Deputado Doutor Wilson Batista	BTR	
Deputado Arlen Santiago	BAM	
Deputado Pompílio Canavez	PT	

MEMBROS SUPLENTES:

Deputado Luiz Henrique	BTR
Deputado Sargento Rodrigues	PDT
Deputado Celinho do Sinttrocel	BAM (vaga cedida pelo BTR)
Deputado Glaycon Franco	BTR (vaga cedida pelo BAM)
Deputado Durval Ângelo	PT

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Leite	BTR	Presidente
Deputado Sargento Rodrigues	PDT (vaga cedida pelo PT)	Vice-Presidente
Deputado Cabo Júlio	PMDB	
Deputado Lafayette de Andrada	BTR	
Deputado Leonardo Moreira	BTR	

MEMBROS SUPLENTES:

Deputado Rômulo Viegas	BTR
Deputado Leonídio Bouças	PMDB

Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Duarte Bechir	BTR	
Deputado Tenente Lúcio	PDT (vaga cedida pelo PT)	

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis	BAM	Presidente
Deputado Bosco	BTR	Vice-Presidente
Deputado Neilando Pimenta	BTR	
Deputado Celinho do Sinttrocel	BAM	
Deputado Juninho Araújo	BAM	

MEMBROS SUPLENTES:

Deputado Tiago Ulisses	BAM
Deputada Luzia Ferreira	BTR
Deputada Ana Maria Resende	BTR
Deputado Marques Abreu	BAM
Deputado Braulio Braz	BAM

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Ivair Nogueira	PMDB	Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	BAM	Vice-Presidente
Deputado Paulo Guedes	PT	
Deputado Gustavo Valadares	BTR	
Deputado Anselmo José Domingos	BAM	

MEMBROS SUPLENTES:

Deputado Adalclever Lopes	PMDB
Deputado Elismar Prado	PT
Deputado Deiró Marra	BTR
Deputado Juarez Távora	BAM
Deputado Inácio Franco	BAM

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo Perrella	PDT	Presidente
Deputado Braulio Braz	BAM	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	
Deputada Ana Maria Resende	BTR	
Deputado Almir Paraca	PT	

MEMBROS SUPLENTES:

Deputado Carlos Pimenta	PDT
Deputado Antônio Carlos Arantes	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	BTR
Deputado Zé Maia	BTR
Deputado Elismar Prado	PT

Ouvidor-Geral: Deputado Inácio Franco

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 18ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
1.2 - Reunião de Comissões
2 - ORDENS DO DIA
2.1 - Plenário
2.2 - Comissões
3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES
4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR
5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/7/2013

Presidência dos Deputados Dinis Pinheiro, Hely Tarqüínio e Alencar da Silveira Jr.

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Questão de ordem; suspensão e reabertura da reunião - Questões de ordem - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Zé Maia; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.213/2013; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.948/2013; aprovação na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.968/2013; não-recebimento de emenda do Deputado Alencar da Silveira Jr.; encerramento da discussão; votação do projeto, salvo emendas; aprovação na forma do vencido em 1º turno; votação das Emendas nºs 1 e 2; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 428/2011; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.378/2011; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.748/2011; requerimento do Deputado Leonardo Moreira; aprovação do requerimento; declaração de voto - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.367/2012; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.540/2012; discurso do Deputado Sargento Rodrigues; encerramento da discussão; votação do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.609/2012; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.694/2013; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.842/2013; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.869/2013; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.912/2013; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.342/2012; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.086/2013; questão de ordem; suspensão e reabertura da reunião; encerramento da discussão; suspensão e reabertura da reunião; questões de ordem; requerimentos dos Deputados Sávio Souza Cruz e Lafayette de Andrada; deferimento; Acordo de Líderes; Decisão da Presidência; votação do projeto, salvo emendas, subemendas e destaques; aprovação; votação das emendas e subemendas com parecer pela aprovação; aprovação; prejudicialidade das Emendas nºs 3, 4, 6, 10, 65, 66, 76, 77, 79, 102, 103 e 105; questão de ordem; suspensão e reabertura da reunião; questão de ordem; votação das emendas com parecer pela rejeição, salvo destaques; rejeição; votação da Emenda nº 22; rejeição; votação da Emenda nº 59, salvo a expressão "vinculadas"; aprovação; votação da expressão "vinculadas" contida na Emenda nº 59; rejeição; votação da Emenda nº 60; rejeição; votação da Emenda nº 61; aprovação; votação da Emenda nº 97, salvo os incisos I e III; aprovação; votação do inciso I da Emenda nº 97; rejeição; votação do inciso III da Emenda nº 97; rejeição - Prorrogação da reunião - Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final: Pareceres de Redação Final do Projeto de Resolução nº 4.163/2013 e dos Projetos de Lei nºs 243, 348, 375, 428, 524, 606, 675, 693, 725, 996, 1.326, 1.886, 2.099, 2.378 e 2.680/2011, 3.124, 3.131, 3.278, 3.354, 3.367, 3.466, 3.514, 3.540, 3.590, 3.609 e 3.681/2012 e 3.688, 3.694, 3.812, 3.842, 3.869, 3.912, 3.918, 3.948, 3.968 e 4.213/2013; aprovação; declarações de voto; Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 4.086/2013; aprovação; declarações de voto - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Dinis Pinheiro - José Henrique - Hely Tarqüínio - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Adalclever Lopes - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Braulio Braz - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Duarte Bechir - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Inácio Franco - João Leite - João Vítor Xavier - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Maria Tereza Lara - Mário Henrique Caixa - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Paulo Guedes - Paulo Lamac - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Hely Tarqüínio) - Às 9h5min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Zé Maia, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Questão de Ordem

O Deputado João Leite - Obrigado, Presidente Deputado Hely Tarqüínio. Eu queria, nesta manhã, falar da minha satisfação. E não apenas da minha, mas da de toda Minas Gerais, que esperava que seu clube tão tradicional, Clube Atlético Mineiro, chegasse a uma decisão continental. Minas amanhece nessa alegria de ter o Clube Atlético Mineiro na final de um campeonato continental. O Cruzeiro já foi campeão, e, agora, temos novamente um time mineiro numa final, com possibilidades de vencer. Queríamos homenagear o Clube Atlético Mineiro nesta manhã, pela alegria que trouxe ao povo mineiro. Muito obrigado.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 25 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente (Deputado Dinis Pinheiro) - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Questões de Ordem

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Quero deixar bem claro, Presidente, que estamos fazendo um trabalho aqui, pedindo à Liderança do Governo, ao Deputado Lafayette de Andrada, ao Deputado Tiago Ulisses, porque a assinatura dos outros já conseguimos - Deputado Sávio Souza Cruz, Deputado Carlos Pimenta, do meu partido, Deputado Gustavo Valadares e Deputado Paulo Guedes, para que o projeto possa entrar em 2º turno, já que perdemos o prazo no 1º turno em decorrência de acordo para isenção do IPVA para o transporte público, para o transporte de passageiros, o que incidirá diretamente na tarifa. Desde 2007 participamos de uma frente parlamentar por um transporte justo e de boa qualidade. Minas Gerais não está fazendo a sua parte. A Prefeitura de Belo Horizonte fez a parte dela, com o Prefeito Marcio Lacerda; o governo federal está fazendo, mas infelizmente não temos incentivo para o transporte público em Minas Gerais. Eu gostaria de deixar bem claro que a TGO, principalmente nos ônibus metropolitanos, é muito cara, Presidente. O IPVA também onera muito o transporte. Os taxistas são isentos desse imposto, mas para o transporte público ele é caríssimo. Então, o governo continua tendo lucro sobre o transporte. Venho falando isso há anos. Houve uma paralisação em dezembro de 2010. O transporte público parou porque não tinha mais como dar aumento para os motoristas, mas esse trabalho de desoneração veio acontecer só neste ano. Os governos federal, estadual e municipal têm que colocar na cabeça que não podem lucrar com transporte coletivo de passageiros. Hoje são 40%, quase 45% de impostos. Desonerando-se o transporte, Presidente, vamos reduzir a passagem dos ônibus de Belo Horizonte e de todo o Brasil, se fizerem isso também em todas as Capitais. Se o tratamento ao transporte público for o mesmo dado à cesta básica, vamos conseguir reduzir o valor das passagens. Digo e repito isto nesta Casa, como Presidente da frente relativa a transportes: poderia haver uma redução nas passagens de quase 45%. O governo não pode querer ter lucro em cima do trabalhador. Peço mais uma vez, Presidente, a atenção desta Casa para o fato de que quem tem que pagar a passagem do policial militar não é a população, mas o chefe dele, o Governador do Estado. Quem é patrão de policial militar é o governo, mas quem paga é o povo. E quando todo mundo paga, paga mais barato. Oficial de Justiça anda de graça; Carteiro continua andando de ônibus de graça em Minas Gerais. Quando V. Exa. paga uma carta, dá lucro para os Correios, mas quem paga a passagem do Carteiro é a população. Venho fazer esse apelo. Apelo aos Deputados Lafayette de Andrada, Líder do bloco, e Tiago Ulisses. Quero ainda lembrar que o governo não pode auferir lucro do transporte público. O trabalhador precisa pegar ônibus para ir trabalhar. Se não existe sistema viário em Belo Horizonte e se estamos nessa paradeira total, tudo está parando, temos de realmente ajudar a população. Quero lembrar, mais uma vez, que somente depois que o povo saiu às ruas é que o governo federal está tentando fazer alguma coisa. Ele deveria ter feito antes. O carro popular recebeu incentivo, isto é, redução de impostos para compra, mas o mesmo não aconteceu com o transporte público, Sr. Presidente. O transporte público tem de ter o mesmo tratamento dado à cesta básica. Hoje, mais uma vez, estamos tentando colocar as nossas ideias e lutar por elas nesta Casa. Trazemos nossas ideias e a vontade popular de pagar menos pela passagem, e o governo não ouve isso. Assim, faço esse apelo aos Líderes Deputados Lafayette de Andrada e Tiago Ulisses, que não andam de ônibus, mas tenho certeza absoluta de que os eleitores deles andam. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Arlen Santiago - Gostaríamos de abordar um problema gravíssimo que acontece em Minas Gerais e falar um pouco e rapidamente sobre o caso dos funcionários dos Correios que foram punidos quando fizeram greve. O problema grave a que me refiro é a questão da seca. O nosso Governador Anastasia, e o Governador anterior, Aécio, requisitaram recursos a Brasília para ajudar no combate à seca. Esses recursos estão vindo. Aliás, há mais de R$400.000.000,00 na Secretaria Extraordinária do Norte de Minas, mas, infelizmente, estamos no segundo semestre do terceiro ano e a Secretaria não foi capaz de minorar o problema da seca. Sempre dizem que o problema é da burocracia e da falta de técnicos, mas parece que agora até vai começar a melhorar. Quando o Governador Anastasia viu que o atual Secretário não dava conta de fazer a Secretaria funcionar, levou o Bruno Avelar, que era Subsecretário da Setop, para chefiar o Idene e a Secretaria. Parece que agora, felizmente, as coisas começaram a mudar, e a Secretaria vai poder atender o povo no tocante ao problema da seca. Há Secretários que estão mais preocupados em arranjar um cargo aqui e outro ali para algum apaniguado político e não conseguem fazer com que as secretarias façam o que é preciso. A quantidade de flagelados da seca do Norte de Minas e do Mucuri é muito grande, e o Deputado Gil Pereira, infelizmente, em quase três anos não deu conta de resolver esse problema, mesmo com a amizade que tem com o Governador Anastasia e com o Vice-Governador. Talvez seja este o momento de

ele perguntar se está atrapalhando o governo. Ele poderia pedir para sair e voltar para a Assembleia para ser útil ao governo aqui. O que não pode acontecer é esperarmos mais, é o governo federal disponibilizar recursos para combater a seca e estes não serem aplicados. Esperamos que a situação melhore com a intervenção que o Governador Anastasia fez na Secretaria que o Deputado Gil Pereira está ocupando. Acredito nisso. A Copasa já está fazendo algumas licitações para que o programa Água para Todos chegue às associações. A Ruralminas, depois que Bruno foi para lá, também está construindo pequenas barragens, bem como fazendo licitações. Antes, infelizmente, era só politicagem, politicagem e politicagem, o que poderia fazer com que o Governador Anastasia e o Vice-Governador Alberto Pinto Coelho passassem vergonha em Brasília porque o dinheiro estava vindo, mas não estava sendo aplicado. A última questão que quero mencionar é o Projeto nº 83, de 2007, que está no Senado Federal, o projeto para anistiar funcionários públicos federais dos Correios, punidos em razão de uma greve ocorrida há muitos anos. O projeto é da Deputada Maria do Rosário, que hoje é Ministra, e o Paulo Paim, relator, é favorável a ele. Ontem o ex-Ministro e Senador Humberto Costa se esgoelou lá para não deixar passar a anistia dos funcionários públicos federais punidos em razão da greve. Ele, aliás, ameaçou que isso poderia ser vetado. Quero, então, mencionar esses dois pontos, Sr. Presidente, e a questão da convivência da seca no Norte de Minas.

O Deputado Antônio Carlos Arantes - Sr. Presidente, quero fazer a minha manifestação. Ontem eu tinha 15 minutos para falar, mas não foi possível devido ao excesso de projetos. Esses poderiam ter sido votados durante todo o ano, mas infelizmente ficaram acumulados para o final. Quero falar sobre a situação horrível da cafeicultura por que passam Minas e o Brasil. Há pessoas chiando aí atrás, porque não têm sequer um pé de café e não sabem que Minas tem 2 milhões de empregos no campo. O trabalho suado do produtor está praticamente quebrado por falta de uma política maior do governo federal. Esse recebe quase R$10.000.000.000,00 do Funcafé, mas não o disponibiliza na hora em que o produtor está sofrendo com os preços a R$240,00, a R$260,00. Para se produzir uma saca de café, são necessários mais de R$340,00, R$350,00 e até R$400,00. Deve haver uma ação forte do governo federal e também uma mobilização estadual. O governo federal não soube entender o barulho e a voz das ruas, e agora está começando a dos produtores rurais. Ele virão, aliás, a esta Casa, às cidades, para fazer uma forte manifestação, em razão da situação de penúria por que passam. Se o produtor vai mal, também vão mal a sua família, a sua cidade, o Estado de Minas Gerais e o Brasil. Praticamente são 8 milhões de empregos no Brasil que vêm do setor agropecuário e do café. Falando em setor agropecuário, Deputado Adelmo Carneiro Leão, que conhece bastante o Triângulo Mineiro, quero lembrar que ele passou dos R$100.000.000.000,00 só de exportação. O Brasil exportou este ano mais de R$100.000.000.000,00; bateu o recorde. Isso nunca tinha acontecido, mas o produtor está em uma situação difícil, está sofrendo, e o governo precisa entender isso. Nos últimos anos, se todos os setores tivessem evoluído como o agropecuário, o Brasil seria outro. Quer dizer, o trabalhador, com sua mão calejada e suor, está sofrido, humilhado e endividado no banco, mas faz a diferença para o Brasil. Contudo, não tem mais condição de deitar e dormir sossegado, porque está sofrendo e em condições horríveis. O Deputado Antonio Lerin me mostrou a evolução do custo de produção. O salário mínimo subiu mais de 1.200% de 1994 para cá, do Plano Real para cá; o adubo e os fertilizantes, 668%; os combustíveis, 703%; a energia elétrica, praticamente 500%; e o café, 176%. Não tem explicação para o fato de o governo não ter entendido a importância do setor agropecuário, principalmente do café, porque onde tem café há empregos para principalmente os mais pobres. Café distribui renda. Até na hora em que está ruim, como agora, o trabalhador que está no campo como diarista está ganhando dinheiro. Contudo, esse dinheiro não é suficiente, muitas vezes, para ele ter a certeza de que, no ano que vem, ainda contará com aquele emprego, porque a propriedade em que trabalha provavelmente não terá sustentabilidade econômica - sem lucro, isso não é possível. Todos nós somos contra trabalho escravo. Se existe algo que irrita qualquer cidadão brasileiro de bem, isso é trabalho escravo. Mas novamente pergunto: como se faz trabalho escravo na cafeicultura do País? Porque, no meu entendimento, o trabalho escravo na cafeicultura hoje é feito pelos próprios produtores rurais, que trabalham o ano inteiro e, no final do ano, estão pagando para produzir, estão pagando para trabalhar, estão pagando para desenvolver o País com seu suor, com seu sangue, com sua força. Quando o setor agropecuário exporta mais de R$100.000.000.000,00, podem ter certeza de que junto a essas sacas de café estão transportando também o sangue do produtor rural brasileiro. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, solicitei esta questão de ordem para retratar uma reunião que tivemos agora com V. Exa. no Salão Nobre. Gostaria de agradecer ao Presidente da Assembleia, que, por iniciativa do Deputado Celinho do Sinttrocel, recebeu as centrais sindicais, que fazem em Minas Gerais ampla manifestação, com paralisações e greves. A partir das 10 horas inicia-se uma concentração na Praça Sete. A ampla pauta contém reivindicações nacionais, assim como importantes reivindicações estaduais que foram suscitadas na reunião. Gostaria de insistir com o Presidente Dinis Pinheiro para fazer um esforço junto aos Líderes, Deputado Adelmo, para nos reunirmos com essas centrais sindicais e pautar projetos de lei que estão na Assembleia Legislativa e constam na pauta de reivindicações abordadas no Salão Nobre. Lembro-me de que se falou sobre a Lei Orgânica da Polícia Civil, sobre a anistia a professoras e professores, que desde 2011 estão sendo punidos pela greve que fizeram. O Governador do Estado prometeu a anistia, a Assembleia Legislativa se comprometeu a apoiá-los, e até hoje não cumpriu. Falou-se ainda sobre o piso salarial estadual. Em vários Estados, além de ser estabelecido por categoria, o salário mínimo é maior do que o nacional. E Minas Gerais tem condições de fazer isso. Falou-se também sobre temas relativos à reforma agrária e à agricultura familiar. Minas Gerais é um Estado que pouco ajuda a agricultura familiar. Para se ter ideia, aqui não há sequer um ministério ou uma secretaria de desenvolvimento agrário e de agricultura familiar, como há o ministério em nível federal. Aqui temos uma subsecretaria sem recursos, que só pauta praticamente os assuntos do latifúndio e das grandes empresas agrícolas. A subsecretaria não tem recursos nem poderes, embora o Subsecretário Gadelha se esforce para contribuir. A prática do governo é a prática dos grandes proprietários rurais, dos latifundiários, das empresas agrícolas, e não do pequeno produtor e do agricultor familiar. Tivesse o governo do Estado preocupação com os agricultores familiares, já teria feito pelo menos um projeto de lei - estamos com um na Assembleia - que criasse o conceito da agricultura familiar no Estado e uma legislação para ajudar pequenos produtores. E pelo menos uma secretaria para discutir problemas referentes à agricultura familiar em Minas Gerais. Então, aqui não há planejamento para o desenvolvimento da agricultura familiar. Minas Gerais vive das “commodities” do minério e do café. Se cai a “commodity” do minério e do café, cai o PIB mineiro. Falta planejamento para a agricultura familiar em Minas. Isso também está na pauta dos trabalhadores, que foi agora levantada. Também foram levantados outros temas importantes, como o investimento em educação e saúde. A Assembleia Legislativa tem de ter uma

posição mais dura, mais rígida em relação a esse absurdo, a esse abuso do governo do Estado que é não aplicar o mínimo constitucional na saúde e na educação. A Assembleia Legislativa faz muito bem - e o Presidente tem feito isso - uma campanha pelos 10% do orçamento federal para a educação. Mas, Presidente, precisa fazer também uma campanha pelos 12% em Minas, que é da lei, aliás da Constituição do Estado. Este ano votaremos a LDO, e novamente não estão previstos os 12% para a saúde e os 25% para a educação. Há previsão apenas de restos a pagar. Deputado Paulo Guedes, educação e saúde agora são restos a pagar. Se sobrar dinheiro, o governo aplicará em educação e saúde. Sr. Presidente, temos de fazer uma campanha no mesmo ritmo, com a Assembleia Legislativa se posicionando em todo o interior do Estado para que seja cumprido o mínimo constitucional d a educação e da saúde. Essa é uma exigência que está sendo feita. Temos de acabar com esse absurdo termo de ajuste de gestão - TAG - que o Governador assinou com o Presidente do TCE para fazer não valer a Constituição do Estado de Minas Gerais. Esse é um grito, um brado que vem das ruas, mas me parece que o governo de Minas está surdo às manifestações neste Estado. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, gostaria de registrar o que já disse ontem. No Norte de Minas houve dois casos de desaparecimento de pessoas: da garota Emily Ferrari, de Rio Pardo de Minas, onde esta Casa realizará audiência pública conjunta das Comissões de Segurança Pública e de Direitos Humanos, na segunda-feira, às 10 horas; e do meu primo, Álvaro Rocha, advogado de 36 anos. Meu primo desapareceu há dois meses em Manga. A polícia está investigando e prendeu cinco pessoas, que confessaram o assassinato, mas o corpo não aparece, como no caso da Eliza Samúdio. Há pouco conversei com o Superintendente da Polícia Civil de Minas Gerais, Dr. Jeferson Botelho, que se empenhará no caso. Gostaria de agradecer o empenho dos Deputados João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública, e Durval Ângelo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que estão nos ajudando nessa questão. Precisarei muito do apoio desta Casa e dessas comissões para que o Estado se empenhe um pouco mais. Já fiquei alegre com o telefonema que acabei de fazer para o Superintendente da Polícia Civil, Jeferson Botelho, por intermédio do Deputado João Leite, o qual se pôs à disposição para ajudar no que for possível. Registro que a cidade de Manga está totalmente paralisada esperando a solução desse caso, que comoveu a população, como o caso, já de repercussão nacional, da garota Emily Ferrari, de Rio Pardo de Minas. Gostaria de deixar registrados esses dois casos.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa o requerimento do Deputado Zé Maia em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 4.086/2013 seja apreciado em último lugar e que o Projeto de Lei nº 4.213/2013 seja apreciado em primeiro lugar. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.213/2013, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 20.251, de 14/6/2012, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Corporação Andina de Fomento - CAF. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 4.213/2013 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.948/2013, do Governador do Estado, que dispõe sobre requisitos e procedimentos para absorção das fundações educacionais de ensino superior associadas à Uemg, de que trata o inciso I, § 2º, do art. 129 da Constituição do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.948/2013 na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.968/2013, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vem à Mesa:

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 3.968/2013

Acrescente-se, onde convier:

Art. … - Ficam isentos do Imposto de Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - os veículos destinados ao transporte público de passageiros.

Sala das Reuniões, 11 de julho de 2013.

Alencar da Silveira Jr.

Justificação: Esta emenda visa contribuir com os esforços desenvolvidos pelas lideranças políticas de todo o Brasil para aprimorar o transporte público de passageiros nos diversos níveis da Federação. Neste sentido, uma das importantes medidas possíveis é a desoneração tributária daqueles que prestam o serviço de transporte público seja por concessão, seja por permissão do poder público. Uma vez garantida a desoneração do IPVA, com certeza teremos o reflexo com redução da tarifa para os usuários.

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que deixa de receber, nos termos do § 3º do art. 189, c/c o inciso II do art. 173, do Regimento Interno, emenda do Deputado Alencar da Silveira Jr., por conter matéria nova e não estar acompanhada de Acordo de Líderes. Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 e 2. As Deputadas e os Deputados que as

aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.968/2013 na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 428/2011, do Deputado Sargento Rodrigues, que dá nova redação aos arts. 5º, 7º e 8º da Lei 13.165, de 20/1/1999, que dispõe sobre a Caixa Beneficente dos ex-Guardas Civis e Fiscais de Trânsito de Minas Gerais - CBGC - e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 428/2011 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.378/2011, do Deputado Rômulo Viegas, que torna obrigatório que hipermercados e supermercados reservem local específico para a venda de produtos orgânicos. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.378/2011 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.748/2011, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a cassação da inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS de qualquer empresa que faça uso direto ou indireto de trabalho escravo ou em condições análogas. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Vem à Mesa requerimento do Deputado Leonardo Moreira em que solicita o adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 2.748/2011 por cinco dias. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

Declaração de Voto

O Deputado Leonardo Moreira - Sr. Presidente, o Projeto nº 2.748/2011 dispõe sobre a cassação de inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS de qualquer empresa que faça uso direto ou indireto de trabalho escravo ou em condições análogas. Não podemos dar razão a uma empresa que sabe que, na sua cadeia produtiva, há pessoas trabalhando em condições subumanas, fazendo trabalho escravo. Ao ver o meu projeto - desculpem-me - com as palavras deformadas, prefiro adiar a sua votação e convocar uma audiência pública no local, em momento oportuno, para discutir com as empresas em que as pessoas trabalham em condições de escravo ou análogas. Agradeço a V. Exa. a compreensão e o deferimento do meu requerimento. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.367/2012, do Deputado Fred Costa, que obriga os fornecedores a proceder ao ajuste de cobrança irregular, na forma que especifica. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.367/2012 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.540/2012, do Tribunal de Justiça, que altera o quadro de pessoal da Justiça de Primeira Instância do Poder Judiciário do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, serei breve. Deputado Hely Tarqüínio, V. Exa. e os demais Líderes desta Casa vão ficar estarrecidos com a notícia que trago ao conhecimento deste Plenário. Pedimos para discutir o projeto do Tribunal de Justiça porque a matéria é correlata. Em se tratando de matéria correlata, precisávamos trazer ao conhecimento das ilustres Deputadas e dos ilustres Deputados o absurdo e a afronta que estão sendo cometidos no "tribunal de injustiça militar". Deputada Maria Tereza Lara, Deputado Leonardo Moreira, o Projeto de Lei nº 3.507 está parado na Comissão de Constituição e Justiça. Pasmem: estão querendo criar mais de 80 cargos para um tribunal minúsculo. Eu havia feito essa denúncia aqui, no final do ano passado. Conseguimos deter, Deputado Adelmo Carneiro Leão, o projeto que pedia nova dotação orçamentária. V. Exa. até fez aparte quando eu trouxe aqui o escândalo dos salários do "tribunal de injustiça militar".

Hoje, Deputado Duarte Bechir, eu não poderia deixar de trazer aqui, de forma atualizada, novos dados. Eu e o Deputado Cabo Júlio estávamos fazendo uma leitura mais detalhada dos salários pagos no mês de junho, Deputada Maria Tereza Lara. Pasmem: Cássia Araújo Garcia, Agente Judiciário, R$32.000,00; Cláudio Márcio Soares de Figueiredo, Oficial Judiciário, R$36.000,00; Eli Alvarenga, Técnico Judiciário, R$41.000,00; Francisco Valdinei Duarte, cargo comissionado, gabinete da Presidência, R$31.185,00. Estou me referindo, Deputado Dinis Pinheiro, ao gabinete da Presidência do minúsculo "tribunal de injustiça militar", e não ao gabinete da Presidência desta Casa. E as aberrações continuam: Grécia Régia de Carvalho, Técnico Judiciário, R$44.835,00. Esses absurdos ainda são poucos. Vejam bem: Hebe Maria de Oliveira - que denunciei aqui em dezembro do ano passado -, Técnico Judiciário, R$68.981,26. Essa lista está disponível no "site" do "tribunal de injustiça militar", porque não podemos chamar aquilo de justiça; é "tribunal de injustiça militar". Todos podem acessar esse "site".

Continuando: Íris Silva da Costa Lima, Oficial Judiciário, R$27.000,00; José Marinho Filho, cargo comissionado, R$31.161,00; Maria Anita Pereira, Oficial Judiciário, gabinete da Diretoria Executiva de Finanças, R$68.981,00; Maria Luzia Ferri Pires da Silva, Técnico Judiciário, R$87.604,31. Vou repetir essa informação para todas as Deputadas, para os Deputados e, principalmente, para o cidadão que está acompanhando esta reunião. Sabe por quê, Deputado Bonifácio Mourão? O cidadão e a imprensa, muitas vezes, cobram injustamente deste Parlamento.

Enquanto um Deputado ganha R$20.042,00 de salário, essa mulher, Maria Luzia Ferri Pires da Silva, ocupante do cargo de Técnico Judiciário, assessora de comunicação, ganha R$87.604,31. Esse foi o salário do mês de junho. Portanto, mais uma vez, parabenizo o Ministro Joaquim Barbosa, porque, na reunião do Conselho Nacional de Justiça - CNJ -, pediu um estudo para extinguir os três tribunais de justiça militar existentes no Brasil. Alguns Deputados não sabem como eles funcionam, porque a Justiça castrense é muito

específica, Deputado Mourão. Apenas três Estados da Federação, Deputado Dilzon Melo, têm Tribunal de Justiça Militar; são apenas três: Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. As outras 24 unidades da Federação não o possuem; nelas existem Juízes de 1ª auditoria, ou melhor, de 1ª instância, chamada Auditoria Militar; são Juízes togados, aprovados em concurso, que respeitamos muito, mas não há tribunal. Quem faz o grau recursal são as câmaras dos tribunais de justiça.

Esses servidores também trabalham para Coronéis, e alguns deles não são sequer bacharéis em Direito. Repito: não são sequer bacharéis em Direito. Esses mesmos Coronéis vão reformar a sentença de Juízes togados. Dei um exemplo aos ilustres colegas Deputados Hely Tarqüínio, Adelmo Carneiro Leão e Carlos Mosconi: seria o mesmo que, em uma denúncia contra os senhores, que são médicos, sobre uma questão específica, cirúrgica, a sindicância para apurar se houve erro médico fosse feita por um administrador de empresas, um bibliotecário, um historiador ou um economista. É isso que está acontecendo até hoje. Por isso, apresentamos, nesta Casa, a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, a fim de exigir que os membros do Tribunal de Justiça Militar, enquanto não for extinto, sejam indicados pelo Governador e tenham notório saber jurídico e conduta ilibada. Esse é o mínimo exigido.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte) - Deputado Sargento Rodrigues, agora mesmo dizia ao Deputado Cabo Júlio que estamos fazendo uma grave denúncia. Lamentavelmente, isso é um acinte à inteligência e à realidade de Minas, principalmente da imensa maioria do povo. Bonifácio, se pensarmos na maioria dos professores de Minas, cada um teria que trabalhar de 8 a 10 anos para receber nesse período o que um desses marajás recebe em um mês. Isso é absolutamente inaceitável. Estamos falando de onde e para quem? Da Assembleia de Minas, que tem o poder de liquidar esse Tribunal. Nesse momento e diante desses fatos, torna-se absolutamente necessário formularmos uma proposta de emenda constitucional, pois, em vez de nos escandalizarmos como a população, é necessário que tomemos atitude, Deputado Duarte Bechir. Se falamos em mudança - e repito as palavras do nosso Presidente -, mudamos ou seremos mudados. Hoje mudar significa tomar uma atitude dessa natureza.

Estou absolutamente determinado - e espero que cada um dos meus colegas também esteja - a assumir a atitude de votar uma proposta de emenda constitucional. Neste momento em que vivemos, não vejo significado, não vejo sentido em manter um tribunal de justiça militar em Minas Gerais. Quem pode liquidá-lo é a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

O Deputado Sargento Rodrigues - Agradeço ao Deputado Adelmo Carneiro Leão, sempre muito sereno, muito equilibrado e com uma postura muito firme dentro deste Parlamento.

Presidente Dinis Pinheiro, quero dizer da nossa indignação. Nós, capitaneados, liderados por V. Exa. e arregimentados pelo Colégio de Líderes desta Casa, Deputado Ulysses Gomes, tivemos a coragem de retirar dos Deputados, de nós mesmos, os 14º e 15º salários e, Deputado Bonifácio Mourão, de acabar com o pagamento das reuniões extraordinárias, sem precisar de movimento lá fora. Como muito bem disse o Deputado Dinis Pinheiro em uma de suas entrevistas, não houve movimento lá fora para acabarmos com o pagamento das reuniões extraordinárias e dos 14º e 15 salários. Agora votamos a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de minha autoria, com apoio maciço de toda a Assembleia, transformando voto secreto em nominal. Presidente Dinis Pinheiro, agora recolhi 67 assinaturas para a Proposta de Emenda à Constituição nº 55, que estabelece que o Deputado que não comparecer às reuniões ordinárias terá o seu ponto cortado.

Deputado Mourão, estava falando de servidores. Em dezembro, apresentei denúncia de que aquela assessora de imprensa que recebeu R$86.000,00 tinha recebido R$104.000,00. Ilustre jornalista Carlos Viana, que nos acompanha, alguns disseram que o valor se referia a pagamento de URV e férias. Agora essa servidora recebe R$86.000,00. Pasmem, Deputados Mourão e Rômulo, com o salário do Cel. Sócrates Edgar dos Anjos. Deputado Célio Moreira, V. Exa. fez uma pergunta. Deputado Dinis Pinheiro, esse moço, quando nomeado pelo Governador, sequer era bacharel em Direito. Olhe a aberração, Deputado Adelmo: esse moço estava reformando sentença de Juiz concursado. Deputado Mourão, constitucionalista e advogado especialista, como esse moço sabe o que é processo? Ele não sabia dizer, conceituar o que era processo, mas estava reformando sentença. Na Polícia Militar chamamos isso de "Coronel pé duro", Coronel sem curso superior ou Coronel de calças curtas, melhor dizendo. A bagatela de R$79.333,44 equivale a quatro vezes o salário de um Deputado Estadual. Pasmem as pessoas que nos acompanham neste momento com a carga horária exorbitante que fazem: chegam lá ao meio-dia e saem às 17 horas, enquanto realizamos nesta Casa reuniões extraordinárias e ordinárias de manhã, à tarde e à noite. A maioria deles dão aula em faculdade na parte da manhã; à noite, não, mas na parte da manhã, porque têm de estar em casa, à noite, descansando. Deputado Adelmo, a maioria dá aula para engordar esse mísero contracheque de R$79.000,00. Mas há outras figuras nessa lista. Pasmem: o salário do Cel. Rúbio Paulino Coelho é de R$75.956,97.

Sr. Presidente, há duas opções: ou apresentamos uma proposta de emenda à Constituição e extinguimos o "tribunal de injustiça militar", iniciativa a que o Joaquim Barbosa se manifestou favoravelmente, ou instalamos uma comissão parlamentar de inquérito para fazer faxina nele. Isso é um escândalo, uma afronta às demais instituições. Deputado Mourão, este Parlamento tem o poder de legislar e de fiscalizar.

Ao encerrar a minha fala nesta tribuna, quero dizer ao meu Presidente que esteja aqui sendo o meu timoneiro. Ou vamos fazer uma proposta de emenda à Constituição para extinguir o "tribunal de injustiça militar" e acabar com a farra dos salários desses marajás de Minas Gerais, ou instalar fazer uma comissão parlamentar de inquérito para quebrar sigilos bancário e telefônico, pedir a evolução patrimonial e ir a fundo para sabermos em que circunstâncias essas pessoas chegaram a esse patamar salarial.

Deputado Inácio, pelo que sei, o teto salarial no País, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, é de R$26.700,00. O chamado subteto dos Estados é de R$24.000,00. Como esses senhores estão recebendo salário na faixa de R$80.000,00?

O Deputado Cabo Júlio (em aparte)* - Deputado Sargento Rodrigues, tudo isso começou quando defendemos nesta Casa o óbvio. A primeira coisa óbvia é que o Tribunal de Justiça Militar é um órgão revisor. O Juiz de lá equivale a um Desembargador. A PEC que estamos discutindo, de autoria do Deputado Sargento Rodrigues, diz o óbvio: o cidadão, para ser nomeado Desembargador, ou seja, Juiz do Tribunal de Justiça Militar, tem de ter notório saber jurídico, tem de ser bacharel em Direito, para que não aconteça o que o Deputado Sargento Rodrigues falou da tribuna. Na Auditoria Militar, há uma Juíza de 1ª Instância, a Dra. Daniela, doutora em Direito Penal pela UFMG. Ela é uma sumidade nessa área. Porém, se ela der uma sentença que condena ou absolve alguém, em grau de apelação, essa sentença vai ser revista no Tribunal de Justiça...

O Deputado Sargento Rodrigues - "Tribunal de injustiça".

O Deputado Cabo Júlio (em aparte)* - "Tribunal de injustiça". E a matéria é sorteada para o Cel. Sócrates, Desembargador que vai revisar a sentença de uma Juíza doutora em Direito. O cidadão tem 2º grau; não tem a menor ideia de onde está; caiu de um caminhão e não sabe onde.

Precisamos fazer o mea-culpa. A culpa é sua e a culpa é minha, Deputado Sargento Rodrigues, porque fomos ao Governador do Estado pedir que ele fosse nomeado. Ele acabou virando, e não admite isso. V. Exa. sabe disso. Fomos à casa do Governador, às 11 horas da noite, pedir que ele fosse o Comandante-Geral. Era Coronel e acabou virando Desembargador. Então, temos que fazer um mea-culpa, pois tudo isso começou porque quisemos que a Constituição do Estado estabelecesse que, para ser Juiz, o cidadão teria de ser bacharel de Direito. É a obviedade do óbvio.

Qual é o grande problema do Tribunal de Justiça? Ele não aplica sentenças jurídicas, mas sentenças "coronelescas". Ainda impera lá o que impera na caserna, e não o direito penal militar. Vou dar um exemplo: um Soldado perde um rádio, um HP e é condenado, enquanto um Coronel pega uma viatura descaracterizada para namorar e é absolvido. Resultado: foi absolvido o Coronel, com a desculpa de que Belo Horizonte é uma cidade muito violenta. Então, vemos essa situação diferenciada.

Só para fazer um certo doce, Carlos Viana, tenho aqui um dado do Portal da Transparência, sobre Maria Luzia Ferri Pires da Silva, assessora de comunicação. Ela ganha R$87.000,00. Srs. Deputados. Alguém pode dizer que alguns servidores ganharam uma ação na Justiça e os salários extrapolaram o teto. Então vou pegar o caso de um cidadão com cargo comissionado, ou seja, um cidadão que tem cargo de recrutamento amplo e foi indicado por um Juiz. Está aqui o nome de Francisco Valdinei Duarte, que trabalha no gabinete da Presidência. Ele ocupa um cargo comissionado. Não temos aqui nada que diga que ele ganhou uma ação na Justiça que ele permitiu incorporar aumento ao seu salário. O salário desse cidadão é de R$31.185,94. Ele recebe exatamente o mesmo salário da Dra. Daniela, que é Juíza concursada e - diga-se de passagem - passou por um concurso dificílimo.

Para terminar, vou citar o caso de uma cidadã que trabalha na biblioteca, Grécia Régia de Carvalho. Ela trabalha na biblioteca e ganha R$44.835,80. A bibliotecária do Tribunal ganha mais que o Presidente do STF, que um Ministro do Supremo.

Concordo com a ideia de que devemos ter a coragem de abrir essa caixa-preta e fazer uma CPI nesta Casa para apurar os altos salários ilegais, inconstitucionais e acima do teto que existem no Tribunal de Justiça Militar.

O Deputado Sargento Rodrigues – Agradeço o aparte. Concluindo, Sr. Presidente, fiz uma conta, Deputado Bonifácio Mourão, muito simplista, referente ao pagamento de 13 Juízes, sendo 6 Juízes togados, pois lá existe outra deformação, Deputado Hely Tarqüínio. A primeira instância do Tribunal de Justiça comum tem pouco mais de mil Juízes e funciona em formato de pirâmide, o Pleno do Tribunal tem 25 Juízes. É óbvio que a primeira instância tem um número de Juízes muito maior, porque temos 292 comarcas. A primeira instância do Tribunal de Justiça Militar tem 6 Juízes togados, concursados, mas a cabeça tem 7 Juízes. A cabeça é maior que o corpo.

Sr. Presidente Deputado Dinis Pinheiro, para o pagamento de 13 Juízes, entre os 6 da primeira instância e os 7 do tribunal, o Tribunal de Justiça Militar gastou R$743.549,59 no mês de junho. Isso daria para pagar os salários de 37 Deputados nesta Casa.

Deputado Duarte Bechir, não há como ficar calado, inerte. Quando falo que o Poder tem de fazer uma introspecção e tem de ser Poder, é nessas horas. Não adianta as ruas fazerem tudo aquilo ali e, quando formos votar, assinar uma CPI, ouvir que não é para mexer nisso. Pelo menos essa proposta, Deputado Rômulo Viegas, de realizar uma CPI sobre o Tribunal de Justiça Militar, que não é fazer CPI contra o Poder Executivo, pode sair. É óbvio que vamos contar a farra dos salários e dos cargos que ocorre por lá. O Projeto nº 3.507 está criando mais 80 cargos para acomodar os apadrinhados dos Coronéis que estão no Tribunal de Justiça Militar.

Sr. Presidente, agradeço a paciência de V. Exa. Estamos discutindo o PL nº 3.540, que trata do Tribunal de Justiça, portanto a matéria é correlata. Deputado Rogério Correia, eu não poderia deixar de trazer esse grave escândalo ao conhecimento dos pares, pois quanto a esses projetos que estão tramitando na Assembleia, que trazem matéria do Tribunal de Justiça Militar, o Deputado tem de ficar atento para não deixar esses projetos prosseguirem.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Deputado Sargento Rodrigues, quero parabenizá-lo por sua explanação. Sou solidário com as palavras de V. Exa. Quero apenas repercutir o que V. Exa. apresentou agora em relação às CPIs. Estou apresentando uma proposta de emenda à Constituição para que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais possa instalar CPIs de maneira mais prática, facilitando a questão. Tem sido comum os Deputados assinarem CPIs, e isso não ocorre só aqui, mas em todo parlamento, e, depois que é protocolada, sofrem pressão, e o Deputado retira a assinatura da CPI. Nunca se sabe se a CPI será ou não instalada. Fica-se um tempo esperando para saber se os Deputados vão retirar a assinatura e se haverá a CPI.

Estou apresentando uma PEC, que V. Exa. já assinou, e gostaria de pedir aos nobres Deputados que a assinem, já que estamos revigorando a Assembleia Legislativa, e estamos todos de parabéns.

O Presidente Dinis Pinheiro hoje foi parabenizado pelas centrais sindicais. E não só ele, mas toda a Assembleia Legislativa, pela votação da PEC que tornou aberto o voto. As centrais sindicais parabenizaram a Assembleia, o que demonstra o nosso acerto.

Para maior transparência, a PEC que apresento diz que Deputado que assinar a CPI, uma vez tendo sido protocolada, não mais pode retirar a assinatura. É uma PEC simples, mas evita mal-entendidos. Dessa forma, o Deputado pensa bem no assunto, e, caso assine a CPI, sua assinatura será definitiva. Peço a V. Exa. que solicite aos parlamentares de sua bancada que assinem a PEC que apresento.

O Deputado Sargento Rodrigues – Agradeço a V. Exa. e comungo da sua forma de pensar, tanto assim que já assinei essa PEC.

Parabenizo o Deputado Alencar da Silveira Jr., autor da PEC nº 37. Essa PEC fixa 13 subsídios para todos os Poderes do Estado, ou seja, acabamos com o 14º e o 15º salários, mas sabemos que no Tribunal de Justiça, no Tribunal de Justiça Militar, no Ministério Público e no "tribunal de faz de conta" não é assim.

Deputado Alencar da Silveira Jr., a proposta de emenda a Constituição que V. Exa. apresentou tem a garantia de parecer favorável porque este Deputado, relator da matéria, comunga dessa forma de pensamento.

Sr. Presidente, ao aprovarmos essa PEC, com a presença do Presidente da Comissão Especial, Deputado Lafayette de Andrada, daremos mais um exemplo para Minas Gerais. Portanto, os que quiserem receber mais que o 13º salário terão de fazê-lo por fora, porque essa proposta será aprovada.

Peço ao Presidente que V. Exa., ao retornarmos aos trabalhos, no dia 1º de agosto, que paute a PEC de iniciativa do Deputado Alencar da Silveira Jr., que fixa os 13 subsídios. Muito obrigado. Que V. Exa. continue, de forma iluminada, brilhando e conduzindo o nosso Parlamento.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.540/2012 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.609/2012, do Deputado Gustavo Perrella, que dispõe sobre a oferta de cursos e programas de capacitação de profissionais envolvidos com atividades de natureza turística e cultural no Estado. A Comissão de Turismo opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.609/2012 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.694/2013, do Deputado Anselmo José Domingos, que altera a Lei nº 11.942, de 16/10/95, que assegura às entidades que menciona o direito à utilização do espaço físico das unidades de ensino estaduais, e dá outras providências. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.694/2013 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.842/2013, do Governador do Estado, que promove a desafetação de bens da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais - Cetec - e dispõe sobre a outorga de sua utilização para fins de estruturação de centro tecnológico de referência e dá outras providências. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.842/2013 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.869/2013, do Governador do Estado, que institui o Estatuto Mineiro da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. A Comissão de Turismo opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.869/2013 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.912/2013, do Deputado Braulio Braz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Dores do Indaiá o imóvel de que trata a Lei nº 472, de 5/12/55, do Município de Dores do Indaiá. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.912/2013 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.342/2012, do Tribunal de Justiça, que altera os quadros de cargos de provimento em comissão da Secretaria do Tribunal de Justiça e da Justiça de Primeiro Grau. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.342/2012 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.086/2013, do Governador do Estado, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014 e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1, 7, 9, 12, 13 e 17, apresentadas por parlamentares; com a Emenda nº 69, apresentada pelo Bloco Minas sem Censura; com as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 6, 10, 65, 79 e 105; e com as Emendas nºs 106 a 111, apresentadas ao final do parecer dessa Comissão; e pela rejeição das Emendas nºs 2, 5, 8, 11, 14 a 16, 18 a 64, 67, 68, 70 a 75, 78, 80 a 101 e 104. Em discussão, o projeto.

Questão de Ordem

O Deputado Bonifácio Mourão - Sr. Presidente, se o orador concordar, solicitaríamos a V. Exa. a suspensão dos trabalhos por 5 minutos, para que possamos dialogar com o próprio Deputado Adelmo Leão.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 1 hora e 35 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 1 minuto para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Questões de Ordem

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nada melhor que um bom parlamento, uma boa conversa. Conseguimos avançar nas discussões que seriam feitas em relação às expectativas da LDO, que estabelece as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária. E conseguimos avançar para aprimorar alguns dos seus artigos que seriam vetados, que seriam derrubados. Com uma boa discussão, conseguimos avançar em relação à política de saúde e de educação, e foram avanços significativos. Aproveito, Sr. Presidente, para saudar também o Cuca, os jogadores do Atlético e a torcida do Atlético. Que beleza de jogo foi o de ontem! Que beleza a ação do Cuca! Na realidade, para atingirmos aquele momento de alegria e de bom jogo, houve uma preliminar. O que vejo no Cuca de muito positivo é sua atividade de alimentar, fertilizar a autoestima promovendo, entre os jogadores de futebol, uma relação de coesão e parceria, uma boa articulação para chegar a uma equipe para a disputa no campo. Embora tenham sido feitas belas jogadas, o mais bonito de tudo no Atlético foi o jogo de toda a equipe, enfim, a atitude dos que estavam dentro e fora do campo. Dalmo, o que vimos ontem foi um jogo do qual a torcida também participou. Normalmente, a torcida só fica na expectativa, mas ontem a torcida do Atlético jogou futebol e fez um jogo extraordinário, com pressão e manifestação permanente. Aproveito esta oportunidade para saudar os atleticanos e as atleticanas; o Cuca, de modo muito especial, e o goleiro, que foi extraordinário, permitindo que o Atlético chegasse a uma final histórica em Minas Gerais. Espero que o próximo jogo seja também de encantamento e que todos nós, mineiros, sendo ou não atleticanos, possamos também usufruir e festejar o futebol mineiro, por meio dos pés dos jogadores do Atlético e dessa atividade muito bonita do Cuca, que faz, mais do que só formação técnica, capacitação técnica, estratégia de jogo, também a construção de um time coeso, que está dando um belo exemplo em Minas Gerais, alegrando o povo mineiro e brasileiro. Esse é um jogo do Brasil. Minas está jogando pelo Brasil.

As Emendas nºs 59, 60 e 61 tratam do mínimo constitucional. O objetivo é fazermos com que o governo cumpra a legislação e a Constituição, fazendo com que os recursos públicos atinjam o mínimo constitucional, que é a aplicação dos 12% dos recursos na área de saúde e dos 25% dos recursos públicos, das receitas orçamentárias na área da educação. As conversas, os diálogos e os acertos que fizemos foram nesse sentido. A minha expectativa é positiva. Espero que essas proposições, agora aprimoradas, sejam incorporadas à LDO para que o orçamento de 2014 seja efetivamente cumprido em favor da educação e da saúde.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores, para agilizar a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, retirei minha inscrição para uma hora de debate, até porque houve um entendimento em relação a uma das propostas que apresentamos nessa lei, uma proposta muito importante. Recebemos do Conselho Estadual de Assistência Social uma solicitação para que fosse apresentada uma emenda que vedasse o contingenciamento de recursos nessa área, que é muito importante e já é regulada por lei, prevendo o repasse continuado e automático de recursos para a assistência social. Então, nesse sentido, apresentamos essa emenda, que estava com outros itens mais abrangentes, evitando esse contingenciamento. Houve entendimento com a base do governo de que os outros itens estavam muito genéricos; portanto, a votação será encaminhada pelo acolhimento da emenda com a supressão dos itens considerados genéricos, mais abrangentes, mas o conteúdo mais importante, exatamente a solicitação do Conselho Estadual de Assistência Social e também as emendas populares, fica preservado. Então, em função disso, retirarei minha inscrição e, já economizando o tempo para o encaminhamento, quero pedir a aprovação da emenda, acolhendo a supressão dos demais itens. Essa é a minha explicação. Assim como o Deputado Adelmo Carneiro Leão mencionou, considero importante termos esse nível de entendimento. Quanto a algumas emendas que, infelizmente, não foram acolhidas, buscaremos outras formas de viabilizar, como, por exemplo, fazendo o acompanhamento de todas as ações do governo relacionadas à Copa do Mundo. Assim como fazemos o acompanhamento da execução do orçamento da criança e do adolescente, montaremos, a partir dos dados do Siafi, uma planilha específica de acompanhamento de todas as intervenções relacionadas à Copa do Mundo. Então, peço a aprovação da emenda, garantindo, assim, que a área da assistência social em Minas Gerais, em 2014, fique preservada de qualquer tipo de contingenciamento. Obrigado, Sr. Presidente.

A Deputada Maria Tereza Lara - Quero aproveitar a oportunidade, Presidente Deputado Dinis Pinheiro, para ressaltar o papel e a importância do parlamento nas discussões e no avanço dos projetos, inclusive do Executivo. Um exemplo disso é a LDO. Por vários anos, a nossa Bancada do PT tem pontuado e solicitado que o Executivo, de fato, cumpra o que já é lei há muitos anos, como é o caso dos 25% da educação, que já são constitucionais há mais de 20 anos. Então, não podemos abrir mão. Não falo de nós, como oposição, mas desta Casa como um todo. E também é o caso dos 12% para a saúde. Tanto é verdade que, em relação à questão nacional, por várias vezes, eu pessoalmente já disse, de público - e até já assinei a solicitação -, que o governo federal deve investir 15% na saúde. Apesar de não ser ainda obrigatório por lei, estamos defendendo essa ideia. O Deputado Adelmo Carneiro Leão tem sido linha de frente nesse sentido. Queria, então, registrar que essas são questões que representam o clamor das ruas, investimento maior na saúde e na educação, e que cabem a todas as esferas de poder. Temos de cobrar mesmo que, no mínimo, cumpra-se o que já é lei. Queremos avançar mais. Tenho falado aqui - e acompanhado de perto - sobre o projeto de lei aprovado hoje, em 2º turno, e que se refere à absorção das fundações educacionais de ensino superior associadas à Uemg. Será um avanço. Esse é um projeto do Executivo, mas desde 1999, nesta Casa, temos feito um debate permanente - até fui Presidente de uma comissão especial que discutiu a questão da Uemg, aqui, em 1999. Então, agora é muito importante a aprovação desse projeto. Houve uma audiência pública, aqui, com a presença de professores, Reitores, alunos e membros dos sindicatos. E, naquele momento, o Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Nárcio, estava presente e concordou com a proposta da constituição de uma comissão interinstitucional para acompanhar o processo, o que foi incluído no projeto e votado em 1º e 2º turnos. É muito importante dizer que esta Casa deu essa

resposta, Deputado Bonifácio Mourão. E quero dizer que esse foi um avanço conquistado pela Oposição e pela Situação, em conjunto. Precisamos comemorá-lo, pois tivemos a universidade estadual ampliada. Antes, apenas os "campi" de Belo Horizonte eram gratuitos, e agora teremos mais seis. As pessoas, principalmente de Campanha, no Sul de Minas, querem essa absorção o mais rápido possível, pois precisam disso para que seus alunos continuem a ter direito não somente à universidade, mas também à universidade gratuita. Quero deixar isso aqui registrado.

Encerrando minha fala, quero deixar registrado que aprovamos hoje mais um projeto de autoria do Deputado Anselmo José Domingos, acompanhado de perto por nós da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. V. Exa., Deputado Dinis Pinheiro, tem aberto esta Casa à participação popular, e o objetivo desse projeto é abrir as escolas públicas para reuniões da comunidade, o que havia sido vedado anteriormente. E não podemos conceber essa prática, principalmente no interior, onde são tão poucos os espaços coletivos. Temos que ter as escolas as mais abertas possíveis à comunidade, para que possamos construir uma sociedade mais fraterna e mais participativa. Então, quero fazer este registro e cumprimentar o Deputado Anselmo José Domingos pela autoria desse projeto e o relator Deputado Duarte Bechir, que deu parecer favorável. São avanços que esta Casa constrói e até corrige, pois havia aqui uma vedação expressa por um projeto anterior, o que não poderia continuar sendo aceito. Portanto, essa foi uma correção feita em uma situação inadmissível. Obrigada.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Sávio Souza Cruz em que solicita a votação destacada das Emendas nºs 22, 59, 60, 61 e 97. A Presidência defere o requerimento, em conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Vem à Mesa requerimento do Deputado Lafayette de Andrada em que solicita a votação destacada dos incisos I e III da Emenda nº 97. A Presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno.

ACORDO DE LÍDERES

A totalidade dos Líderes com assento nesta Casa acordam seja destacada a votação da expressão "vinculadas", contida na Emenda nº 59 ao Projeto de Lei nº 4.086/2013.

Sala das Reuniões, 11 de julho de 2013.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A Presidência acolhe o Acordo e determina o seu cumprimento.

Mesa da Assembleia, 11 de julho de 2013.

Dinis Pinheiro, Presidente.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto, salvo emendas, subemendas e destaques. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as emendas e subemendas com parecer pela aprovação. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Com a aprovação das Subemendas nº 1 às Emendas nºs 6, 10, 65, 79 e 105, ficam prejudicadas as respectivas emendas; com a aprovação da Emenda nº 13, fica prejudicada a Emenda nº 3; com a aprovação da Emenda nº 69, fica prejudicada a Emenda nº 4; com a aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 65, fica prejudicada a Emenda nº 66; com a aprovação da Emenda nº 7, ficam prejudicadas as Emendas nºs 76 e 77; com a aprovação da Emenda nº 12, fica prejudicada a Emenda nº 102; e com a aprovação da Emenda nº 1, fica prejudicada a Emenda nº 103.

Questão de Ordem

O Deputado Lafayette de Andrada - Sr. Presidente, solicito a suspensão da reunião por mais 2 minutos, pois estamos concluindo os entendimentos.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 8 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Questão de Ordem

O Deputado Ulysses Gomes - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, tivemos oportunidade, na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, de aprofundar o debate da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Destacamos cinco emendas na oportunidade do debate. Apresentamos, na Comissão, duas emendas do Bloco Minas sem Censura, que dizem respeito ao dispositivo de obrigatoriedade de investimento mínimo na educação e na saúde. Houve também as emendas do Deputado André Quintão aqui relatadas por ele. Quero registar tanto a emenda do Deputado André Quintão, referente à transparência e à publicidade dos investimentos que o governo fará nas obras da Copa do Mundo, quanto a nossa emenda, referente à transparência de todos os convênios e da transferência de recursos aos Municípios. Dessa forma, não só nós, Deputados, teremos acesso a isso. Hoje quem entra no sistema do governo não tem acesso ao controle de transferência de recursos. Nós, Deputados, e qualquer cidadão no Estado de Minas Gerais que venha a acessar o sistema não encontra os recursos de forma imediata. Ele tem os dados do ano anterior e dos convênios que foram aprovados. Hoje quem acompanha o "site" Transparência sabe que é possível acompanhar os dados de cada Estado, de cada Município e os convênios do governo federal. Qualquer cidadão, sem senha nenhuma, entra e tem acesso a essas informações. Isso não acontece em Minas Gerais nessa amplitude, mas aceitamos a proposta de, junto ao Deputado André Quintão, apresentar, no mês de agosto, uma lei ordinária regulamentando todo esse processo. Temos o compromisso do Presidente e do Líder do bloco de aprofundarmos esse debate para que o governo avance na sua transparência. Dito e feito, acreditando que essa proposta tramitará com acordo nesta Casa, encaminhamos favoravelmente ao projeto de lei.

O Sr. Presidente - Em votação, as Emendas nºs 2, 5, 8, 11, 14 a 16, 18 a 21, 23 a 58, 62 a 64, 67, 68, 70 a 75, 78, 80 a 96, 98 a 101 e 104. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitadas. Em votação, a Emenda nº

22. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda nº 59, salvo o termo "vinculadas". As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, o termo "vinculadas" contido na Emenda nº 59. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda nº 60. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda nº 61. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 97, salvo os incisos I e III. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, o inciso I da Emenda nº 97. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitado. Em votação, o inciso III da Emenda nº 97. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitado. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 4.086/2013 com as Emendas nºs 1, 7, 9, 12, 13, 17, 59, salvo o termo "vinculadas", 61, 69, 97, salvo os incisos I e III, e 106 a 111 e com as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 6, 10, 65, 79 e 105. À Comissão de Redação.

Prorrogação da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência, nos termos do art. 21 do Regimento Interno, prorroga esta reunião até as 13h59min.

Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final

- A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final do Projeto de Resolução nº 4.163/2013 (À promulgação.) e dos Projetos de Lei nºs 243, 348, 375, 428, 524, 606, 675, 693 e 725/2011 (À sanção.).

O Sr. Presidente (Deputado Alencar da Silveira Jr.) - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 996/2011, do Deputado Dinis Pinheiro, que dispõe sobre a obrigatoriedade de adequação de guichês a fim de viabilizar o atendimento de pessoas portadoras de necessidades especiais que dependam de cadeira de rodas para sua locomoção. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

O Sr. Presidente (Deputado Dinis Pinheiro) - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.326/2011, da Deputada Ana Maria Resende, que dispõe sobre a afixação de aviso nas unidades de saúde informando o direito do pai, da mãe ou do responsável de permanecer com seu filho, em caso de internação hospitalar, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

- A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.886, 2.099, 2.378 e 2.680/2011, 3.124, 3.131, 3.278, 3.354, 3.367, 3.466, 3.514 e 3.540/2012 (À sanção.).

O Sr. Presidente (Deputado Alencar da Silveira Jr.) - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.590/2012, do Deputado Dinis Pinheiro, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santa Cruz do Escalvado o trecho de rodovia que especifica. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

O Sr. Presidente (Deputado Dinis Pinheiro) - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.609/2012, do Deputado Gustavo Perrella, que dispõe sobre a oferta de cursos e programas de capacitação de profissionais envolvidos com atividades de natureza turística e cultural no Estado. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

- A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.681/2012 e 3.688, 3.694, 3.812, 3.842, 3.869, 3.912, 3.918, 3.948, 3.968 e 4.213/2013 (À sanção.).

Declarações de Voto

O Deputado Bonifácio Mourão - Declaração de voto, Sr. Presidente. Queremos agradecer a V. Exa., Deputado Dinis Pinheiro, a serenidade e o equilíbrio na condução dos trabalhos, o que nos permitiu votar e completar entendimentos com inúmeros colegas, com a Liderança do Governo, da base de apoio ao governo, com as Lideranças da Oposição, a quem agradecemos a votação de muitos projetos importantes para o povo de Minas Gerais. Ao mesmo tempo, queremos saudar todas essas Lideranças, todos os nossos colegas Deputados, que permaneceram aqui durante todo esse tempo e nos levaram à aprovação não apenas dos projetos lidos aqui hoje, Sr. Presidente, mas também de inúmeros outros que tivemos a oportunidade de aprovar ao longo deste semestre. Poderíamos destacar vários, como as propostas de emenda à Constituição. Aprovamos recentemente o projeto que permite o voto aberto, a transparência, o voto nominal. Minas Gerais, mais uma vez, sai na frente de todas as Assembleias Legislativas do Brasil. Todos sabemos que a votação secreta continua em inúmeros projetos não só na Câmara Federal e no Senado Federal - que deram abertura, mas limitando o voto aberto -, mas também nas Câmaras de Vereadores de modo geral e em todas as Assembleias, conforme dissemos. Estamos à frente no que diz respeito à transparência do nosso voto. O eleitor agora vai saber como o seu Deputado votou, como os Deputados de Minas Gerais votaram os projetos de interesse do povo deste Estado. Por iniciativa do governo do Estado e com apoio da Assembleia Legislativa, particularmente da base do governo, aprovamos projetos de incentivos importantes na área da alimentação, da construção civil, do material médico-hospitalar, de incentivo para adubos e fertilizantes para o meio rural. Isso nos leva a atrair mais investimentos para Minas Gerais, a encorajar as empresas a investirem em nosso Estado para desenvolvê-lo e gerar mais empregos. Devemos parabenizar também o Governador Antonio Augusto Anastasia, o governo Anastasia, por remeter a esta Casa projetos tão importantes, e a todos os Deputados por havermos aprovado esses projetos, como o Caminhos de Minas, melhorando e asfaltando mais de 200 trechos de estradas para os Municípios mineiros. Essas estradas estão em pleno andamento. Votamos também projetos autorizando a construção de novas penitenciárias em Minas Gerais. Isso é muito importante em função da falta de vagas de modo geral. Votamos projetos de estímulo à cultura, a exemplo dos projetos para a Praça da Liberdade e assim por diante. Aqueles prédios vão atrair novos turistas para Minas Gerais. Votamos projetos para novos terminais rodoviários, projetos relativos à Copa do Mundo, como o passe livre para assistir aos jogos no Mineirão. Em razão disso, votamos também a permissão do

uso de bebida alcoólica somente nos jogos das Copas das Confederações e do Mundo. Se não tivéssemos votado, Sr. Presidente, não teríamos, por exemplo, o jogo entre Brasil e Uruguai, com a vitória do Brasil, que partiu para a conquista da Copa das Confederações. Teremos importantes jogos da Copa do Mundo no Mineirão porque nós, Deputados, enfrentamos diversas situações para aprovar isso por exigência da Fifa. Não podemos terminar nossas palavras, Sr. Presidente, sem, mais uma vez, defender o governo Antonio Augusto Anastasia, que foi criticado injustamente. Aprovamos vários projetos de empréstimos por estímulo da Presidente da República. A Presidente Dilma Rousseff incentiva os Estados a tomar empréstimos. Minas Gerais, como tem capacidade de endividamento, contraiu novos empréstimos. É verdade que o Estado de Minas tem uma dívida pública grande, como acontece com todos os Estados brasileiros. Com o atual sistema tributário do país, em que 70% da renda se concentra em Brasília, no governo federal, se Minas não contrair empréstimo, se os Estados e Municípios não se endividarem, não farão obra alguma. O povo mineiro não terá obra em área alguma, seja saúde, infraestrutura, educação e assim por diante. Minas Gerais continua fazendo empréstimo para que o povo mineiro continue tendo obras como houve no governo Aécio Neves e prossegue no governo Anastasia, para que mais empregos sejam gerados e a população do Estado tenha mais qualidade de vida. Portanto, na qualidade de Líder do Governo, estamos aqui para agradecer ao Governador, às lideranças e aos Deputados pelo desempenho no primeiro semestre, ajudando o Estado a crescer cada vez mais, gerar mais emprego e melhorar a qualidade de vida do povo. Muito obrigado.

O Deputado Duarte Bechir - Sr. Presidente, parlamentares, é muito bom chegar no dia de hoje e poder dizer a todos os mineiros de nossa alegria, de nossa satisfação e poder votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Não é como uma obrigação. A Lei de Diretrizes Orçamentárias prevê recursos que serão investidos para a melhoria do Estado de Minas Gerais. O bom de poder dizer que votamos hoje é saber que esses recursos estão cada vez mais bem canalizados para a nossa população em obras importantes. A visão de homem público do Governador Anastasia com essa peça que hoje aprovamos continua garantindo a Minas Gerais, aos mineiros um Estado cada vez melhor para se viver, um Estado em que os recursos públicos são respeitados e gastos sempre pensando-se na melhoria das condições de vida de todos os mineiros. Presidente Dinis Pinheiro, antes de sua retirada, quero fazer uma declaração. Na segunda-feira, estive em Campo Belo. Fui ao lixão da cidade, onde fica a associação de catadores. Anunciei que trazia para Belo Horizonte as notas fiscais das vendas dos produtos. Em breve, na minha Campo Belo, eles receberão o Bolsa Reciclagem. O projeto é de autoria de V. Exa. Ratifico meu pensamento de que esta Casa produz muito para Minas Gerais. Esse projeto de V. Exa. dá muitas oportunidades para que inúmeras famílias melhorem suas condições de vida. Minha Campo Belo, nossa Campo Belo está experimentando a grandeza desse projeto que vem ao encontro das suas necessidades a partir da visão de V. Exa., parlamentar que viaja, que conhece toda Minas Gerais e conhece as demandas. Presidente, ao premiar os catadores de lixo, V. Exa. está dando a essas famílias melhores condições de vida. Parabenizo V. Exa. pela grandeza e pela utilidade do projeto para toda Minas Gerais. Presidente Hely Tarqüínio, faço uma menção ao Deputado Bonifácio Mourão, liderança diferenciada, homem culto, prudente, que sabe ouvir e se pronunciar nos momentos certos. Nosso grande Líder está nesta Casa representando o nosso Governador sempre com muita grandeza, com muita humildade, porque todo grande homem primeiro é uma pessoa humilde como é o nosso líder Deputado Bonifácio Mourão. Cumprimento os demais líderes de blocos e da Casa, do Avança Minas, Minas Transparência e Minas sem Censura, ou seja, todos os parlamentares pelo engajamento nesse final de trabalho. A vitória do Parlamento, mais que nossa capacidade, demonstra nosso comprometimento. Esta semana, a Assembleia de Minas votou proposições importantes para todo o Brasil, iniciando aqui o gesto de grandeza e de autoafirmação de que é preciso mudar. Repito, é preciso mudar. Mais uma vez, nossa Assembleia dá ao Brasil o exemplo de que toda Casa Legislativa pode e deve responder aos chamamentos, aos clamores da opinião pública. Quero saudar ainda o ilustre Deputado Sargento Rodrigues, que vem da nossa gloriosa Polícia Militar e, lá no seu trabalho e aqui representando os militares, sabe muito bem trazer a esta Casa as necessidades da nossa polícia. Mais do que isso, nos surpreende, quando a sua capacidade extrapola os limites do que o faz Deputado por convicção, representando a nossa Polícia Militar, e dá a Minas Gerais exemplo de grandeza, com as proposições apresentadas, votadas e aprovadas nesta Casa. Quero saudar os demais parlamentares, a nossa gente querida de Minas e dizer que, neste momento, cumprimos uma das nossas principais vocações, ou seja, legislar com capacidade e transparência. Muito obrigado, Presidente.

O Sr. Presidente (Deputado Hely Tarqüínio) - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 4.086/2013, do Governador do Estado, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2014 e dá outras providências. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

Declarações de Voto

O Deputado Rômulo Viegas - Muito obrigado, Deputado Hely Tarqüínio, Presidente; obrigado, Deputado Sargento Rodrigues; queria apenas parabenizar a ação de toda a Casa Legislativa, destacar a participação efetiva do Deputado Sargento Rodrigues, que apresentou projetos fundamentais. É claro, ele vai falar sobre isso. Quero, de público, parabenizá-lo, agradecer aos pares, parabenizar o nosso Governador Anastasia e toda a sua equipe de governo. Temos a certeza de que a sociedade conclama por mais serviços públicos, e nós, do Parlamento de Minas, esperamos muito do Congresso Nacional. Que os Deputados Federais e os Senadores, além de fazer a reforma política e a reforma comportamental, coloquem os Municípios e os Estados em condição de receber mais recursos da União, para prestar serviços de extrema qualidade. Deputado Hely Tarqüínio e todos os pares desta Casa, tenho a certeza de que a Assembleia de Minas avançou. Portanto não poderia deixar de parabenizá-los e de externar a alegria de fazermos parte da base do Governador Anastasia, homem sério, de trabalho, ao lado dos seus Secretários. Cumprimento-os, por intermédio do Secretário Danilo de Castro. Tenho a certeza absoluta de que Minas Gerais vai continuar no trilho do desenvolvimento e do progresso. Muito obrigado, Deputado Hely Tarqüínio.

O Deputado Sargento Rodrigues - Presidente, antes de encerrarmos esta reunião, quero primeiro agradecer a Deus a oportunidade de estar aqui e de compartilhar com os Deputados desta Casa a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de minha autoria, que apresentamos no início de 2007, na legislatura passada. A proposição tramitou durante quatro anos, mas não conseguimos

avançar. Eu a reapresentei em fevereiro de 2011, no início desta legislatura, e conseguimos, na manhã de 9 de julho, dar um fim a todas as votações secretas nesta Casa. Minas Gerais deu exemplo a todas as assembleias e câmaras municipais do Brasil. Deputado Hely Tarqüínio, como sempre, a história do País tem início nas montanhas de Minas. E, mais uma vez, nós, Deputados mineiros, demos exemplo ao Congresso Nacional. Em Minas Gerais, com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de minha autoria, extinguimos todo e qualquer voto secreto no âmbito do Parlamento. Toda e qualquer votação nesta Casa, a partir de agora, será por voto nominal, inclusive quando houver quebra de decoro parlamentar e o Deputado for levado a processo de cassação. Para a cassação e a destituição do Procurador-Geral de Justiça, o voto será nominal. Para a escolha dos Conselheiros do Tribunal de Contas, o voto será nominal. Para a escolha dos membros da Mesa, o voto erá nominal também, ou seja, em toda votação nesta Casa, o voto será nominal. Quem ganhou com isso? A Assembleia? Não em primeiro plano, mas o cidadão, o conjunto da sociedade. Ela passou a ter instrumentos mais eficazes de fiscalização dos atos do Poder Legislativo, dos atos de cada Deputado. Quando um Deputado vai às urnas, Deputado Hely Tarqüínio, ele tem um discurso preparado. Fala o que vai fazer, os compromissos que está assumindo perante a região, perante aquela classe, perante aquele segmento da sociedade. Com a votação secreta, o representado não tinha como fiscalizar o seu representante. Com essa proposta aprovada, ele tem como saber se o Deputado votou "sim" a um projeto, se votou "não", se votou "em branco", ou não. Ele vai saber o comportamento de cada Deputado dentro do Parlamento. É um grande avanço. A Assembleia de Minas avançou muito, mas não podemos parar por aqui. Já apresentei a Proposta de Emenda Constitucional nº 55, que altera o art. 53 da Constituição do Estado e lhe acrescenta o § 8º. O que diz essa proposta? Que a remuneração dos Deputados será proporcional à frequência efetiva nas sessões ordinárias. Se o Deputado veio trabalhar, vai receber. Se não veio, será descontado um valor equivalente do seu contracheque. Isso era para ter sido feito há muito tempo. Quando um Deputado toma uma iniciativa como essa, deve ter cuidado com o momento, porque senão ficará ilhado, não conseguirá assinatura para CPI, seus requerimentos serão derrotados, seus projetos serão derrotados. Por isso esperamos o momento adequado, porque o Parlamento hoje está em sintonia com o clamor das ruas. Pudemos, então, fazer isso agora. A PEC, Deputado Hely Tarqüínio, assinada por V. Exa., tem hoje 67 assinaturas do conjunto de 77 Deputados. Praticamente, quase a totalidade do Parlamento a assinou. Esperamos que o Deputado Dinis Pinheiro, no retorno dos trabalhos, em agosto, já a coloque na pauta para ser votada. Naturalmente, ela vai passar pelo crivo de uma comissão especial, que irá emitir um parecer e aperfeiçoá-la ainda mais. Tenho certeza de que, quando chegar ao Plenário, teremos quórum adequado para votá-la e ainda dizer ao cidadão que a Assembleia de Minas está fazendo seu dever de casa. Quando propusemos corte no salário do Deputado faltoso, não estávamos inventando a roda, mas dizendo ao cidadão que aqui também vamos fazer o que acontece fora. Tive uma experiência muito boa, após a entrevista que dei, na sexta-feira, sobre essa matéria. No sábado, encontrei um Desembargador perto da Assembleia, e ele me disse: "Parabéns. Precisávamos de um Deputado com coragem para fazer isso". Antes de me encontrar com o Desembargador, fui abordado por uma faxineira que trabalha em nosso Poder, e ela me disse, com todo o respeito: "O senhor está de parabéns. A gente pensava que aqui não havia Deputado que pensasse dessa maneira". Disse-lhe: "A senhora está enganada; vários Deputados também querem essa mudança. Esperávamos o momento adequado". Ela me disse: "Se chego atrasada ou falto ao serviço sem justificativa, eles cortam o meu salário. Então não é justo não cortar também o salário do Deputado que não vem trabalhar. O senhor está de parabéns". Disse-lhe que estava apenas cumprindo o nosso dever. É esse dever que temos de cumprir. O cidadão que pega o ônibus lotado, que trabalha 8 ou 10 horas por dia não quer essa disparidade. O Deputado, o Juiz, o Desembargador, o Ministro de Estado, o Procurador, o Secretário, todos devem ter um bom salário, mas a população quer que retribuam, de forma séria e honesta, com o seu trabalho. Ela não quer que não ganhemos bons salários. Devemos mostrar ao cidadão lá fora que estamos aqui atentos aos movimentos, às reclamações, ao clamor da população e cumprindo o nosso dever. Pedir ao Deputado que venha ao Plenário não é possível, pois o Deputado não está fazendo um favor; é obrigação do Deputado estar aqui nas reuniões ordinárias, votando, debatendo e discutindo os projetos. Não é favor, mas obrigação. Por isso, apresentamos essa PEC. Deputado Hely Tarqüínio, cada vez que vejo nesta Casa a prática de alguns poucos, tenho mais forte a convicção de que a Proposta de Emenda Constitucional nº 55, da qual sou o primeiro signatário, deve ser aprovada imediatamente no mês de agosto, para darmos exemplo e fiscalizarmos o Ministério Público, o Judiciário, o Executivo e o Tribunal de Contas. E que tenhamos, cada vez mais, condições de fazer o nosso dever de casa internamente, para depois nos agigantarmos e cumprirmos a nossa tarefa de legislar e, principalmente, de fiscalizar os atos dos outros Poderes. Quero aqui manifestar a nossa alegria pela aprovação dessa PEC. Também houve a sanção do Governador Anastasia ao PL nº 133, de minha autoria, que definiu a jornada de trabalho semanal de 40 horas para os bombeiros e policiais militares e da Lei Complementar nº 127, de minha autoria. Deputado Hely Tarqüínio, quero aqui dizer que nesses 14 anos e 5 meses de mandato nesta Casa, ao lado de V. Exa., estamos encerrando este semestre com chave de ouro, com muita alegria. A Assembleia, cada vez mais, vem cumprindo o seu papel, em sintonia com os interesses do cidadão, da sociedade como um todo. Parabéns a V. Exa. Parabéns por ter conduzido tão brilhantemente os trabalhos aqui, sempre assessorando o Presidente Dinis Pinheiro na sua ausência, quando ele está representando este Poder externamente. Quero, pessoalmente, manifestar minha alegria de poder entregar à sociedade esses projetos e dar essa contribuição. Parabéns! Que Deus continue nos iluminando para que, cada vez mais, possamos cumprir o nosso mandato, a nossa tarefa, com seriedade, com transparência, com harmonia e, acima de tudo, com retidão, em se tratando da coisa pública. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Parabéns, Deputado Sargento Rodrigues, pelo seu trabalho nesta Casa, com inteligência e criatividade e, principalmente, pela apresentação das duas PECs que V. Exa. nos trouxe, uma do voto aberto e outra para que os Deputados cumpram seu dever de estar presentes nesta Assembleia, com trabalho. V. Exa. foi de pronto apoiado pelo nosso Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, que tem sido sensível a todas as demandas da sociedade. Enfim, parabéns a todos os Deputados que aprovaram os projetos nesta manhã e nos dias anteriores. Aprovamos agora a LDO. Esta Casa tem primado pela liberdade, que ficou configurada na aprovação do voto aberto. Esta Casa e o próprio Deputado vão acompanhar o processo legislativo com muito mais interesse, pois essa liberdade está conjugada com a responsabilidade de cada um, que é o dever moral de cumprir com seu dever. Parabéns por seu exemplo! Parabéns ao Deputado Dinis Pinheiro e a todos os parlamentares!

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/7/2013

Às 10h30min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara (substituindo o Deputado Paulo Guedes, por indicação da Liderança do Bloco Minas sem Censura) e os Deputados Fabiano Tolentino e Inácio Franco, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Adelmo Carneiro Leão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fabiano Tolentino, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Inácio Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposição da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.547/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas nºs 1 a 7, que apresenta (relator: Deputado Fabiano Tolentino). A Presidência retira de pauta o Projeto de Lei nº 2.727/2011, no 2º Turno, por não cumprir pressupostos regimentais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para as reuniões extraordinárias que ocorrerão amanhã, dia 10/07/2013, às 10h30min e às 20 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de julho de 2013.

Antônio Carlos Arantes, Presidente – Adelmo Carneiro Leão.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/7/2013

Às 16h49min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sebastião Costa, Dalmo Ribeiro Silva, Duilio de Castro e Luiz Henrique, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.040/2013 com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de junho de 2013.

Sebastião Costa, Presidente – Luiz Henrique – Dalmo Ribeiro Silva – Anselmo José Domingos.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 17/7/2013

1ª Parte
1ª Fase (Expediente)
(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)
(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)
1ª Fase
(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Antônio Maurício Fortini para compor a Diretoria Colegiada da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG (Indicação nº 69/2012). A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Fábio Caldeira Castro Silva para o cargo de Ouvidor-Geral do Estado (Indicação nº 70/2013). A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Bertholdino Apolônio Teixeira Júnior para o cargo de Diretor-Geral da autarquia Instituto Estadual de Florestas – IEF (Indicação nº 71/2013). A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Mônica Maria Teixeira Coelho para o cargo de Ouvidora-Geral Adjunta do Estado (Indicação nº 72/2013). A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase
(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.813/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Luz o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.814/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.816/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Uberlândia o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.817/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Quartel Geral o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.818/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.819/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guarani o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1.826/2007, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 2006. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.867/2008, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 2007. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.996/2009, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 2008 A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.789/2011, do Deputado Marques Abreu, que institui o selo Amigo do Esporte no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Esporte opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 276/2011, do Deputado Paulo Guedes, que altera o art. 17 da Lei nº 14.309, de 19 de junho de 2002. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária opina pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, e pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Meio Ambiente, com as Emendas nºs 1 a 66, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Meio Ambiente, com as Emendas nºs 1 a 5 e 7 a 66, da Comissão de Política Agropecuária, e as Emendas nºs 67 a 70, que apresenta. Com a aprovação da Emenda nº 69, fica prejudicada a Emenda nº 6.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 493/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que altera a Lei nº 12.666, de 4/11/97. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.211/2011, do Deputado Gustavo Valadares, que institui o Selo Jovem no Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Esporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.319/2011, da Deputada Ana Maria Resende, que estabelece restrição para os profissionais da área de saúde que atuam no Estado utilizarem equipamentos de proteção individual com os quais trabalhem - tais como jalecos e aventais - fora de seu ambiente de atuação e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 17/7/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 5.131/2013, da Deputada Luzia Ferreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 17/7/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 17/7/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.132, 5.133 e 5.141/2013, do Deputado Celinho do Sinttrocel; e 5.135/2013, do Deputado Anselmo José Domingos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 17/7/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.670/2012, do Deputado Ulysses Gomes; 3.770/2013, do Deputado Fred Costa; 4.110/2013, do Deputado Lafayette de Andrada; 4.114/2013, do Deputado Duarte Bechir; 4.135/2013, da Deputada Maria Tereza Lara; 4.188/2013, do Deputado Adalclever Lopes; 4.190/2013, do Deputado Almir Paraca.

Requerimentos nºs 5.036 e 5.108/2013, da Deputada Liza Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 17/7/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 18/7/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.634/2011

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Arlen Santiago, a proposição em epígrafe "dispõe sobre a obrigatoriedade dos postos de abastecimento com gás natural veicular - GNV - somente efetuarem a operação de abastecimento em veículos que estejam identificados com o selo do Inmetro em seus cilindros".

Publicado no "Diário do Legislativo" de 10/11/11, foi o projeto distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno, examinar a juridicidade, a constitucionalidade e a legalidade da proposição.

Fundamentação

A proposição sob exame pretende estabelecer que os veículos movidos a gás natural veicular - GNV - só poderão ser abastecidos se estiverem identificados com o selo do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro - em seus respectivos cilindros.

Dispõe ainda que o selo exigido é o da Portaria do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comercio Exterior nº 122, de 21 de junho de 2002, e que o estabelecimento que efetuar a operação de abastecimento em veículos sem exigir o selo fica sujeito a multa de 500 Ufemgs.

Devemos registrar a nobreza dos propósitos do autor do projeto, conforme os termos da sua justificação, na qual ressalta a necessidade de fiscalização dos cilindros utilizados para armazenar o GNV utilizado como combustível em veículos automotores.

Não obstante, em resposta à diligência requisitada por esta Comissão, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e a Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig - manifestaram-se pela rejeição da proposição, ressaltando que a regulação da inspeção veicular consubstancia matéria de trânsito e transporte, de competência legislativa privativa da União.

Efetivamente, a proposição trata de matérias como energia, trânsito e transporte, que são de competência legislativa privativa da União, nos termos dos incisos IV e XI do art. 22 da Constituição da República.

Nesse diapasão, verificamos que:

- o Decreto Federal nº 1.787, de 1996, "dispõe sobre a utilização de gás natural para fins automotivos e dá outras providências";
- a Resolução nº 280, de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - Contran -, "dispõe sobre a inspeção periódica do sistema de gás natural instalado originalmente de fábrica, em veículo automotor";
- a Portaria Inmetro nº 8, de 2011, "aprova os requisitos de avaliação da conformidade para componentes dos sistemas de compressão de gás natural veicular e de gás natural comprimido";
- a Portaria Inmetro nº 49, de 2012, "aprova a revisão do regulamento técnico da qualidade nº 37 - inspeção de segurança veicular de veículos rodoviários automotores com sistemas de gás natural veicular";
- a Portaria Inmetro nº 433, de 2008, "aprova o regulamento de avaliação da conformidade para o serviço de requalificação de cilindros de alta pressão para armazenamento de gás natural veicular como combustível, a bordo de veículos automotores";

A Portaria Inmetro nº 446, de 2008, "determina que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir de 30 de maio de 2008, os organismos de inspeção acreditados (oia) pelo inmetro deverão realizar, periodicamente, as inspeções de segurança veicular dos veículos rodoviários automotores com sistemas de gnv originais de fábrica";

A Portaria Inmetro nº 104, de 2006, "dispõe sobre as inspeções de segurança dos veículos rodoviários, realizadas por organismo de inspeção acreditado (oia) ou por entidade técnica pública ou paraestatal (etp), após as instalações dos sistemas de gás natural"; e

A Portaria Inmetro nº 143, de 2004, "estabelece que, a partir de 1º de julho de 2006, os cilindros que armazenam gás natural veicular somente serão comercializados na cor amarela, conforme especificado na norma nbr 12176".

É forçoso reconhecer, ademais, que a proposta de transferir obrigação de fiscalização para a iniciativa privada importa atribuição indevida de poder de polícia estatal a quem não é órgão ou servidor público - nem mesmo delegatário de função pública -, além de ofender a ordem econômica constitucional.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 2.634/2011.

Sala das Comissões, 16 de julho de 2013.

Sebastião Costa, Presidente e relator - Dalmo Ribeiro Silva - Luiz Henrique - Anselmo José Domingos.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

45ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 10/7/2013

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de pedir a atenção dos ilustres pares por apenas 3 minutos, para que eu possa fazer a leitura da Emenda nº 12. Fomos procurados por representantes de diversas fundações, especialmente da Fundação de Ensino Superior de Passos - Fesp -, preocupados com a absorção das Uemgs pelo Estado. É preciso haver previsão no PPAG, na LDO e na Lei do Orçamento para a expansão dos cursos e o aparelhamento das unidades, de forma que não sejam apenas incorporadas no papel, mas que possam crescer de fato. Pedimos o apoio dos parlamentares para a aprovação da Emenda nº 12, que tem o seguinte teor: "O Estado obriga-se a destinar recursos específicos previstos no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual para cada unidade absorvida, tendo em vista a quantidade de alunos e cursos, viabilizando a sua capacidade de pleno funcionamento. O Estado deverá investir anualmente na aquisição de materiais e aparelhos de laboratórios, acervos bibliográficos, mobiliários e equipamentos necessários, conforme a necessidade de cada unidade, além de implantar medidas para a sua conservação". Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, julgo essa emenda de extrema necessidade. Não é possível avançar com as Uemgs, de Carangola, Ituiutaba, Divinópolis ou Passos, sem previsão orçamentária. Portanto, peço o apoio dos ilustres Deputados. Digam "sim" à Emenda nº 12.

O Deputado Sargento Rodrigues - Serei muito breve, Presidente. A Emenda nº 14 demonstra a nossa preocupação com os funcionários das fundações. Não é possível o governo incorporá-las sem que haja garantia para os trabalhadores.

Apresentamos a Emenda nº 14, que tem o seguinte teor: (- Lê:) "Acrescente-se ao art. 10 os seguintes parágrafos: § 1º - As resilições trabalhistas dos funcionários das fundações associadas deverão ser quitadas integralmente no ato da absorção, que se dará com a publicação do decreto de absorção pelo governo do Estado e na forma e no prazo previsto para rescisão imotivada, nos moldes da legislação que rege a contratação de todos os funcionários das associadas à Uemg. § 2º - O patrimônio físico de cada fundação associada - equipamentos, mobiliário, acervo bibliográfico - bem como qualquer outro que tenha essa classificação permanecerão nas unidades de origem". Ou seja, eles estão solicitando o apoio dos Deputados para que o contrato dos servidores seja respeitado na forma da legislação vigente e para que, obviamente, o Estado cumpra o seu dever no decreto que fizer a absorção.

Por outro lado, tivemos a iniciativa como outros Deputados aqui já tiveram, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, de destinar duas emendas parlamentares para a Uemg. Por exemplo, destinamos uma emenda para a Uemg de Passos e compramos um laboratório de fotografia e modas para essa Universidade. Depois destinamos uma emenda para a área de agronomia, que conseguiu comprar um trator para que os alunos do curso de Agronomia pudessem executar suas tarefas. Ora, na legislação não consta como ficarão esses equipamentos. Assim, daqui a pouco estarão retirando os equipamentos mobiliários de uma fundação e levando para outros cantos. Portanto, os dois parágrafos são extremamente justos e, acima de tudo, coerentes. Por essa razão, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação da Emenda nº 14.

Sr. Presidente, solicito aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas a aprovação da Emenda nº 14, que garante o cumprimento da legislação trabalhista e também que os equipamentos mobiliários permaneçam em cada câmpus dessas fundações. Esse é o nosso encaminhamento, Sr. Presidente. Meu voto é "sim".

O Deputado Ulysses Gomes* - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, já corrigimos a questão do destaque. Discutiremos esse projeto de lei que tramita em regime de urgência. Já tivemos oportunidade, na Comissão de Fiscalização Financeira, de debatê-lo em audiência pública. Esse projeto trata de diversos incentivos e benefícios fiscais a diversos setores da economia mineira que certamente têm relevância diante das perspectivas que o Governador apresenta na proposição.

Estamos destacando uma emenda, Sr. Presidente, que propõe a revogação de um artigo. É exatamente para ela que peço a atenção dos nobres colegas, no intuito de aprovarem essa emenda, que recebeu parecer desfavorável.

O Governador, num artigo desse projeto, propõe a revogação da cobrança de uma taxa do seguro obrigatório, chamado DPVAT. Uma lei aprovada em 2011 nesta Casa criou essa cobrança com o valor de seis Ufemgs. Na verdade, são três Ufemgs para um serviço e mais três para outro serviço, totalizando seis Ufemgs, ou seja, em torno de R$7,50, que o Estado de Minas Gerais deve cobrar das seguradoras do DPVAT pelo serviço que ele presta por consolidar as informações do banco de dados de cada cidadão.

Cada um de nós, ao comprarmos um veículo... Todos os que são proprietários de um veículo pagam o chamado seguro obrigatório, que, na sua totalidade, está custando hoje R$105,65.

O seguro obrigatório hoje custa R$105,65. Esse valor é composto de R$50,55 do custo do seguro, R$5,06 para o Denatran, R$0,40 de IOF, R$45,50 para o Fundo Nacional de Seguro e, a título do custo do bilhete, do serviço de emissão desse bilhete, R$4,15. Estamos dizendo, então, que o Estado de Minas paga ao seguro obrigatório, a título do serviço, do banco de dados, por cerca de sete milhões de veículos cadastrados no Estado, aproximadamente R$30.000.000,00. O fato é que a lei que aprovamos em Minas Gerais no final de 2011, sancionada pelo Governador, autoriza o nosso Estado a cobrar do DPVAT a taxa de 6 Ufemgs, de que falamos, totalizando cerca de R$7,50. Desde o início do ano passado, o Estado de Minas Gerais deveria estar cobrando das seguradoras a taxa por esse serviço que presta a elas, pelo banco de dados. Não é apenas pela oferta, pela transferência das informações, mas por toda a manutenção do banco de dados. Ao aprovar a lei, o Estado de Minas Gerais, desde 2011, conquistou o direito de cobrar esse valor das seguradoras. Acontece que as seguradoras entraram na Justiça, alegando que o Estado não deveria cobrar esse valor delas, porque elas não o deviam, e que essa questão era da esfera federal. O Estado de Minas Gerais, defendendo obviamente o seu direito, fez sua

defesa e ganhou a ação na Justiça, mostrando que é constitucional, é de direito, é legal cobrar essa taxa. Isso tramitou no ano passado, e, no início deste ano, o Estado ganhou na Justiça.

O fato é que o Estado, ao cobrar das seguradoras os R$7,50, tem no orçamento esse valor multiplicado por sete milhões de veículos, cerca de R$52.000.000,00 por ano. Portanto, as seguradoras devem ao Estado esse valor, referente a 2012, e deveriam repassá-lo este ano mensalmente, totalizando o valor anual de mais de R$52.000.000,00. Mas o Estado - aí vem o nosso questionamento - está abrindo mão desse recurso ao revogar nesse projeto de lei essa taxa criada pela Assembleia Legislativa de Minas e sancionada pelo governo.

O nosso encaminhamento, Sr. Presidente, é favorável ao projeto de lei em sua totalidade, mas estamos destacando a emenda, para a qual pedimos apoio dos Deputados. Permanecendo a votação como está, o Estado vai ter autorização para abrir mão de uma receita de mais de R$50.000.000,00, num momento em que o Estado de Minas Gerais alega dificuldades de recursos. Todo o mundo está vendo as dificuldade pelas quais estamos passando. Então, cabe a nós, independentemente de sermos da Situação ou da Oposição, defender o Estado, cobrando, não do cidadão, que já paga isso - está no cofre das seguradoras -, mas das seguradoras o repasse dessa taxa aprovada aqui e sancionada pelo Governador. É direito do povo mineiro ter nos cofres do Estado mais R$50.000.000,00, que estão hoje nas mãos das seguradoras. Então, fica o nosso encaminhamento, Sr. Presidente, para o destaque da Emenda nº 7, votando favoravelmente a ela e garantindo essa receita ao Estado de Minas Gerais.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia* - Para encaminhar a votação do projeto, gostaria apenas de ressaltar o que o Deputado Ulysses Gomes disse e chamar a atenção para um ponto importante. O projeto como um todo, quanto à questão tributária, servirá para o governo arrecadar mais para o Estado de Minas Gerais, visto a situação em que se encontra.

De fato, o Deputado Ulysses Gomes tem razão. Na contramão de uma maior arrecadação, o governo, abrindo mão desse DPVAT, deixará de arrecadar alguns milhões. Ele já ganhou na Justiça o direito de cobrar essa taxa, que, se não me engano, foi, inclusive, criada na época do Governador Itamar Franco. Depois houve recurso na Justiça, mas agora o Estado está autorizado judicialmente a cobrar não do povo, porque ele continua pagando, mas das seguradoras. Isso precisa ficar claro. O governo está abrindo mão de arrecadar das seguradoras. Se fosse para isentar o povo de algum pagamento, mas não: as seguradoras é que não poderão repassar ao governo do Estado aquilo que estão arrecadando. Por que esse benefício a essas seguradoras? O Deputado Ulysses Gomes tem toda razão. Ele está abrindo mão para que as seguradoras não façam repasses de não sei quantos milhões.

É claro que é recurso que faz falta. Tanto faz falta que a saúde pública não consegue ter os 12% da educação, e os governistas que defendem a saúde pública nada dizem. Não são alocados 12% na saúde pública, mas as seguradoras não precisam repassar ao Estado. Repito, Adelmo, depois de o Estado ganhar na Justiça. Vai fazer falta. Na educação o governo só está aplicando em torno de 20%. Este ano, foram aplicados cerca de 22%, e o governo está abrindo mão de recursos que as seguradoras tinham de repassar ao erário.

Ora, é evidente que não podemos deixar de colocar aqui, claramente, o nosso posicionamento contrário a que as seguradoras não façam o repasse e que o governo, que não cobrou delas, agora termine com esse repasse legalmente. Durante todo esse tempo, Gilberto Abramo, o Estado não cobrou isso das seguradoras, que deixaram de repassar os recursos. Como é que o governo resolve isso agora? Dizem: "Não precisam mais repassar". Repito: ganhou na Justiça o direito e agora está acabando com a taxa que foi criada. Vai faltar recurso na educação e na saúde. Todo ano temos de falar isso. Às vezes, os Deputados da base do governo ficam enjoados de ouvir a gente falar, mas é só aqui mesmo que se pode falar isso, porque a imprensa dominada por Andrea Neves não publica nada. Não publica nada. Pode-se falar 200, 300 vezes, que já há uma ordem vinda de cima de que não se pode questionar os recursos que vêm do Estado para a saúde. A Assembleia faz uma campanha justa de 10% para a saúde em nível nacional, mas, aqui em Minas, o governo aplica 12% na saúde. Essa denúncia a Assembleia não faz.

Então o governo do Estado, em nome da candidatura do Senador Aécio Neves à Presidência da República, pode tudo. O Estado virou um comitê eleitoral do Senador Aécio Neves e tudo tem de ser escondido. Agora as seguradoras vão ganhar. Vai ser aprovado que elas não façam repasses. Então as seguradoras ganham. Vamos anotar quem são essas seguradoras, para depois vermos se na doação de campanha os nomes delas estarão presentes. Com certeza, estarão, legalmente. Como ele não faz reforma política também, qualquer entidade privada pode doar. Ganhou um mimo? Doa. É legal. Agora é legal também acabar com o repasse das seguradoras. Então o que o Deputado Ulysses e nós do Bloco Minas sem Censura estamos apresentando é uma denúncia séria. O governo dispensa repasses de algumas seguradoras, mas isso significa que alguém será prejudicado. O que mais está sendo prejudicado são a educação e a saúde, que sequer o mínimo constitucional têm.

Por isso, estamos encaminhando a emenda que o Deputado vai destacar para resolvermos esse problema de outra forma, sem dar às seguradoras esse direito que achamos completamente injusto para o Estado de Minas Gerais.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Ulysses Gomes* - Sr. Presidente, como encaminhamos no projeto, a proposta dessa emenda é revogar esse artigo que suprime da lei criada a cobrança da taxa. Quero voltar ao tema. Estou pedindo apoio para essa emenda porque, ao rejeitá-la, estaremos subtraindo da legislação atual a cobrança de uma taxa, não do cidadão que já a paga, mas das seguradoras. Essa taxa é composta por esses recursos que todos nós, proprietários de veículos, transferimos para as seguradoras. É um montante significativo. Hoje, o Estado de Minas Gerais tem o direito de receber e deveria estar cobrando das seguradoras o montante de mais de R$50.000.000,00 por ano. A nossa emenda propõe que essa lei, que tramitou, foi discutida e votada nesta Casa e sancionada pelo Governador, seja efetivamente aplicada às seguradoras. Que o Estado de Minas Gerais, que já tem o direito por lei, pois o ganhou na Justiça ao se defender da ação das seguradoras, tenha o direito efetivo de receber esse dinheiro. Um dinheiro que fica aquém daquilo que o Estado alega que gasta.

O Estado de Minas Gerais provou na Justiça, comprovou por "a" mais "b" que gasta mais de R$160.000.000,00 para manutenção desse banco de dados. Banco de dados esse que é transferido para as seguradoras para fazerem esse serviço. E a taxa que o Estado cobra é apenas um terço do que o Estado diz que gasta. Ou seja, estamos sendo ressarcidos de parte do que o Estado oferece às seguradoras.

Então, fica o nosso registro, o pedido de entendimento e de apoio aos nobres Deputados para aprovarmos essa emenda. Obviamente, essa ação ainda vai tramitar na Justiça, e temos certeza de que o Estado, como ganhou em Minas Gerais, ganhará na esfera federal. E na hora certa poderemos ter esse montante de recursos para investir em várias ações de estruturação do nosso Detran, de melhorias na infraestrutura, de campanhas de conscientização no trânsito, enfim, de várias ações para as quais esse recurso está fazendo falta nos cofres, especificamente do Detran.

Fica aqui o nosso pedido de entendimento para que o Estado de Minas Gerais não abra mão desse recurso. Não é mais uma cobrança ao cidadão, que já paga isso, mas um dinheiro que pagou e está no cofre das seguradoras. Que o Estado, conforme prevê a lei, cobre das seguradoras esse montante em torno de R$50.000.000,00 por ano.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, embora eu tenha uma hora para a discussão do projeto, vou ser bastante breve porque estamos, a grande e imensa maioria dos Deputados, solidários com o Deputado Caixa. Hoje, dando tudo certo, e vai dar, ele precisa estar bem descansado, com a garganta bem preparada para poder narrar os gols do Ronaldinho, do Jô, do Bernard e companhia.

Então, vamos ser bastante rápidos aqui porque o Deputado Caixa tem ainda um trabalho extra para hoje à noite. A maioria dos Deputados aqui estão aguardando a narração do Caixa.

Serei bastante breve, Sr. Presidente, para fazer, mais uma vez, crítica ao processo de empréstimo do governo do Estado. Serei breve, mas contundente.

O governo já solicitou esse empréstimo e o tinha feito a bancos internacionais. Nesse caso, tinha sido feito a uma corporação andina de fomento e, se não me engano, a uma outra instituição financeira internacional, não sei se alemã, inglesa, estadunidense, sueca, norueguesa, chilena ou venezuelana. Sei lá, não sei, porque o governo de Minas Gerais deve a Deus e ao mundo. O governo de Minas Gerais, Deputado Paulo Guedes, deve a Deus e ao mundo.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)* - Como é o nome desse novo banco, Deputado Rogério Correia? De onde é mesmo?

O Deputado Rogério Correia* - Deutsche Bank. Na verdade, acho que o Deutsche Bank foi o outro empréstimo. Não sei a que banco estão pedindo. Era banco andino, talvez seja da Venezuela. Tanto criticam Hugo Chávez, mas pedem dinheiro a uma instituição andina. Não sei, pois são tantos os bancos. É verdade, o governo do Estado deve a Deus e ao mundo. Então, não sabemos nem a que banco estão pedindo dinheiro emprestado, aliás nem o governo sabe.

Para o telespectador ter noção, esse projeto está trocando o empréstimo que fará em banco. Não conseguiu naqueles bancos por não ter mais crédito, provavelmente. São tantos empréstimos que os bancos já enjoaram. Quando veem o governo do Estado, o Governador Anastasia e o Senador Aécio Neves com um pires na mão na Europa, na Venezuela, na América Latina, dizem não, que chega, que não emprestam para o Estado de Minas Gerais de jeito nenhum, pois não tem mais crédito. Diante disso, o governo tem de trocar de banco. Então, aqui, Deputado Paulo Guedes, o projeto de lei é para trocar o banco. O empréstimo não será mais com bancos andinos. Como não se tem mais crédito, como não se consegue mais dinheiro lá fora, vai-se tentar na Alemanha e, provavelmente, receberá um "não" também.

Então, ele está voltando para o Brasil. Quer que o empréstimo seja realizado com a Caixa Econômica Federal, com o Banco do Brasil, com o BNDES. Vai voltar a pedir empréstimo aos bancos federais, à Presidenta Dilma. Como ela tem coração bom, mineira que é, acaba ofertando o empréstimo. Depois, o governo do Estado vai reclamar que está endividado, que o governo brasileiro da Presidenta Dilma é agiota, mas vai lá pedir dinheiro emprestado. É engraçado, pois, se é agiota, para que vai pedir dinheiro emprestado?

Então, como não conseguiram o dinheiro nos bancos andinos, vão passar agora a pedi-lo aos bancos federais. O projeto é basicamente isso e no mesmo valor que não conseguiram no exterior.

É bom lembrar alguns dados. O governo de Minas Gerais é o segundo governo que mais deve ao País. A dívida já chega a R$100.000.000.000,00. Então, Minas não vai bem. Quando digo que Minas está quebrada e que Aécio quebrou Minas, os Deputados do governo Aécio - os da base do governo Anastasia são poucos e reclamam também - dizem que não é verdade que o Estado esteja falido, mas é um Estado que não aplica 12% na saúde pública nem 25% na educação. Aliás, está havendo agora uma entrevista coletiva dos movimentos sociais e da CUT, aqui na sala de imprensa, chamando para amanhã em Minas Gerais parte de um movimento nacional que está deliberando agora por várias plataformas. Uma dessas, com especificidade em Minas, é o fim do termo de ajuste de gestão - TAG - que o Estado assinou com o Tribunal de Contas e que faz com que Minas Gerais não tenha, Deputado Paulo Guedes, os recursos totais e não consiga colocá-los na educação e na saúde. Assim, uma das pautas do movimento, amanhã, é a nulidade do TAG e a implementação do percentual mínimo constitucional para educação e saúde. No ano passado, o governo deixou de aplicar R$1.100.000.000,00 e já totaliza, de 2003 até agora, mais de R$8.000.000.000,00 de dívida em saúde e educação em Minas Gerais. Esse é o saldo negativo do governo do Estado em relação a saúde e educação.

É por isso que ficamos contra, Deputado André Quintão, essa petição de empréstimo. Muitos podem dizer para deixar pegar emprestado, mas o problema é que vão pegando emprestado e a capacidade de investimento vai sumindo. Agora não há nem a capacidade de investimento no mínimo constitucional. Com isso, assinam um TAG para não se aplicar na educação e na saúde. Então, não há condições de ficarmos aprovando empréstimo sabendo que isso vai refletir negativamente nas contas do Estado e na capacidade de investimento.

Cito muito a educação e a saúde porque são emblemas do movimento que vivemos hoje no País. Mas poderia citar outras áreas, como, por exemplo, a agricultura familiar. Os técnicos da Emater têm reclamado muito. O salário é pequeno, e às vezes há somente um técnico para atender 2 mil pequenos produtores. A assistência técnica tem sido dada apenas no escritório, e serve mais para fazer o cadastro de DAP e do Pronaf. Com esses cadastros, o pequeno produtor pode contrair empréstimo com juros subsidiados pelo Banco do Brasil e, no Norte de Minas e no Jequitinhonha, pelo Banco do Nordeste.

A Emater basicamente tem feito só isso. Os técnicos da Emater, coitados, são muito poucos, não têm condições de dar a real assistência que gostariam. Aquela assistência técnica para cada 100 famílias, em que se vai ao local, verifica-se o que vai ser plantado, qual a melhor cultura para a região, como está o solo e como se trata esse solo não tem mais acontecido. Essa assistência está servindo apenas para a aquisição da DAP e do projeto do Pronaf.

O pequeno produtor vai ao banco levando o projeto e consegue aquele empréstimo do Banco do Brasil, que é verba do governo federal. E essa verba aumentou muito no Brasil. Em 2002 era de R$2.000.000.000,00; quando o Lula assumiu, em 2003, foi para cerca de R$20.000.000.000,00, - aliás, de R$22.000.000.000,00, o Paulo Guedes está me corrigindo aqui. Paulo, além disso, em 2002, essa verba do Pronaf em Minas Gerais era de R$200.000.000,00, e este ano a estimativa é ultrapassar R$2.000.000.000,00, ou seja, 10 vezes mais. Isso, do governo Lula até o governo da Presidenta Dilma. Quando eu entrei no MDA, essa verba era de aproximadamente R$600.000.000,00 e já está chegando em R$2.200.000,00. Era o segundo governo do Presidente Lula. Já havia avançado e vem avançando cada vez mais.

Os técnicos da Emater não têm estrutura, como não têm estrutura a Polícia Militar e a Polícia Civil. Os Prefeitos vivem reclamando, pois eles têm de complementar o recurso do Estado. Infelizmente as notícias para o Estado de Minas Gerais não são boas. Aquele chamado PIB da China, que foi anunciado, durou apenas um ano. Minas Gerais agora voltou a ter o "Pibinho" mesmo, mais comparado ao "Pibinho" da Somália. Não há um planejamento. Sinto muito dizer que vamos votar contra essa passagem de um banco para o outro. E se não conseguiram empréstimo nos bancos andinos, na corporação andina de fomento, é porque a situação do Estado não está boa. E agora estão voltando para a Caixa Econômica Federal. E já passaram pelo Deutsche Bank, da Alemanha, que não vai emprestar.

O Deputado Gilberto Abramo (em aparte) - Nobre Deputado Rogério Correia, quero ser breve na minha fala. O Estado de Minas só perde para a Prefeitura de Belo Horizonte, que, em quatro meses, gastou quase R$8.000.000,00 com publicidade. E hoje, estava verificando os gastos, e só com a conservação do gabinete do Vice-Prefeito, em quatro meses foram gastos praticamente R$200.000,00. A dívida de Belo Horizonte ultrapassou a do Estado de Minas Gerais.

O Deputado Rogério Correia* - O Deputado Gilberto Abramo tem colocado bem, e as críticas vão se avolumando cada vez mais à Prefeitura de Belo Horizonte. Era apenas isso. Não vou mais tomar o tempo dos Deputados.

Quero me despedir dos Deputados e cumprimentar o Agostinho Patrus, sempre presente conosco. Deputado Agostinho, agradeço sua presença, que é sempre bem-vinda na nossa Assembleia Legislativa, e faço uma saudação a V. Exa. para agradecer o seu trabalho na Secretaria.

Resumindo, Minas Gerais é hoje o segundo Estado mais endividado do País e deve a Deus e ao mundo. Essa é a triste verdade do Estado de Minas Gerais.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, adianto que não farei uso de todo o tempo que o Regimento me faculta, mas não poderia deixar passar este momento sem completar o que disse, com bastante propriedade, o colega Rogério Correia. Na verdade, o que estamos votando não é outro empréstimo, mas o mesmo empréstimo que há 15 dias aprovamos nesta Casa, de R$1.150.000.000,00. Parece que o crédito do governo se esgotou, e o projeto voltou a esta Casa para que se mude a instituição financeira, ou seja, para que troquemos de banco. Parece que os organismos internacionais, como bem disse o Deputado Rogério Correia, já acordaram e estão de orelhas em pé.

Não faltam recursos ao Estado de Minas Gerais para a divulgação e a propaganda; aliás, ano a ano, parece que se dobra o valor gasto em publicidade. Mas há duas Minas: a que vemos na televisão e a real. Como estou com os pés no chão, vou falar da Minas em que vivo, em que moramos, em que moram os mineiros. Essa é a Minas que não tem segurança pública, mas na qual o governo investe milhões para dizer que a segurança pública vai muito bem. Como eu disse agora há pouco, em Montes Claros, 40 viaturas da Polícia Militar, Deputado André Quintão, estão paradas no pátio, à espera de que se liberem R$150.000,00 para que sejam consertadas. Não precisamos de uma fortuna, Deputado Adalclever Lopes, mas de R$150.000,00 para consertar as 40 viaturas da Polícia Militar de Montes Claros. Isso sem falar do resto da região Norte de Minas. Em Januária, há sete anos não chega uma viatura na Delegacia Regional da Polícia Civil; os inquéritos não andam, porque a polícia não tem como apurar.

Aliás, aproveito para pedir providências à Comissão de Segurança Pública e à Comissão de Direitos Humanos desta Casa, que na próxima segunda-feira vai se reunir em Rio Pardo de Minas para discutir o sumiço da garotinha Emily Ferrari, desaparecida há mais de dois meses, sem que a polícia tenha qualquer vestígio até agora. Mas não fico só no caso da Emily, Deputada Liza Prado: estou passando por isso na minha família. Meu primo, Álvaro Rocha Dourado, também desapareceu há dois meses, na cidade de Manga.

A polícia anunciou que prendeu algumas pessoas. Já se dá como certo que ele está morto, mas o corpo não aparece.

Deputado Rogério Correia, a imprensa está divulgando muito o caso da criança de Rio Pardo, mas, na minha família, estamos passando por isso também. Meu primo Álvaro está desaparecido há dois meses. Ele desapareceu na cidade de Manga, e a polícia está certa de que ele está morto. Há alguns depoimentos de pessoas que foram presas, mas não há cadáver, não há corpo. Por isso estou aqui dizendo que vou pedir às Comissões de Segurança Pública e de Direitos Humanos para também trabalhar no caso do Álvaro Rocha Dourado, mais um caso gravíssimo que precisa ser explicado.

Então, essa é a Minas real, da insegurança, do desequilíbrio. Para se ter uma ideia, no Norte de Minas Gerais nota-se um desrespeito tremendo da Copasa e da Cemig. Se a Copasa e a Cemig investissem no Jequitinhonha e no Norte do Estado o que gastam com publicidade, resolveriam todos os problemas. Estamos com seriíssimo problema de transmissão. Em várias cidades da região, Deputado Jayro Lessa, para comemorar o aniversário da cidade, o Prefeito precisa contratar um gerador, porque a energia local não tem capacidade para tocar o som de uma banda de renome nacional. E isso ocorre em qualquer cidade do Norte de Minas, o que é um absurdo. O pior é o descaso com a população mais pobre.

Eu já disse aqui - e vou repetir pela décima vez - o que vou pedir ao Presidente da Cemig, Djalma Moraes. Se ele não estiver escutando, que algum assessor repasse isso a ele, porque vou repetir aqui, pela décima vez. No Norte de Minas, há diversas

comunidades rurais que têm poço perfurado, equipado, mas a comunidade está sendo servida por caminhão-pipa, porque a Cemig não liga a energia para alimentar a bomba e levar água para a comunidade.

Mais do que isso, Deputada Liza Prado. V. Exa. já nos ajudou a resolver muitos casos no Norte de Minas, com sua valentia. Acho que vou levá-la a São João das Missões. Lá, Deputada Liza Prado, há sete anos, o Governo do Estado construiu uma fabriqueta de farinha por meio do PCPR e deu dinheiro à Associação Indígena Xacriabá. Construiu a fábrica de farinha, porém, há sete anos, os índios não podem plantar mandioca para fazer a farinha, porque a energia elétrica, que se encontra a 100m de lá, não é ligada pela Cemig. A companhia não vai lá ligar a energia. É um descaso da Cemig, que só quer saber de aplicar dinheiro na Bolsa, só quer saber de remunerar os seus acionistas, e o povo que se dane.

Não podemos admitir que o povo das nossas comunidades rurais, das nossas comunidades quilombolas, das nossas comunidades indígenas seja tratado com tanto descaso pela Cemig, que só se preocupa com os ricos, só se preocupa em vender energia, em fazer negócio na Bolsa de Valores. Se fosse uma empresa que estivesse quebrada, poderíamos até relevar, mas se trata de uma empresa que repassa mais de 3 bilhões por ano para seus acionistas - aliás, para seus acionistas, não, para sua acionista, a Andrade Gutierrez. Vamos dar nomes aos bois. Então, essa empresa precisa ser devolvida ao povo mineiro. O Governador precisa tomar providências.

Quanto à Copasa não vou nem falar.

A cidade de Ninheira também não tem água; a cidade de Ibiracatu também não tem água; a cidade de Monte Azul também não tem água; a cidade de Espinosa também não tem água; e Rio Acima, para ajudar o companheiro que acabou de falar ali. São tantas cidades no Jequitinhonha, no Norte! Centenas de comunidades que clamam por abastecimento de água! Mas a Copasa e a Cemig só se preocupam em reembolsar uma meia dúzia de acionistas. É por isso que o governo precisa tomar providências, e é por isso que, num momento como este, o governo vem aqui se endividar ainda mais. A dívida de Minas está chegando a R$100.000.000.000,00. Aí o Governador fala em choque de gestão. Que choque de gestão é esse que esconde uma dívida de mais de R$100.000.000.000,00? Que choque de gestão é esse em que o governo é incapaz de fazer qualquer investimento se não for endividando ainda mais o nosso Estado? Que choque de gestão é esse que nos faz ver, como vimos aqui hoje, um grupo de senhoras aposentadas do Ipsemg falando que há 10 anos estão sendo massacradas, sem nenhum aumento real em seus salários? Que choque de gestão é esse que não cuida dos servidores?

Mas o choque de gestão permite que o Governador vá todos os dias, da sua casa para o trabalho, de helicóptero, gastando R$20.000,00 por dia. Aí o governo põe a propaganda, o mote da campanha do Aécio: "O Governador só recebe R$10.000,00". Mas só o helicóptero do Governador custa R$20.000,00, para levá-lo ao trabalho, por dia.

O Deputado João Vítor Xavier (em aparte)* - Perdoe-me, mas, com todo respeito a V. Exa., o Governador Anastasia nem sequer gosta de andar de helicóptero. Aliás, ele tem medo de andar de helicóptero. Ele vai de carro todos os dias, apesar de ter o direito de ser transportado do Palácio das Mangabeiras ao Palácio Tiradentes de helicóptero. Ele abre mão disso e vai de carro praticamente todos os dias, exceto quando tem agenda em outras cidades. Mas a Presidenta Dilma pega o avião da FAB e vai tirar férias em Trancoso, na Bahia. Passa uma semana com sua filha, de férias na Bahia, usando o avião da FAB.

Com todo o respeito, o Governador Anastasia é um homem absolutamente austero. Justiça seja feita, respeito absolutamente o direito de crítica de V. Exa., mas, entre as muitas virtudes que o Governador Anastasia tem, duas não podem ser questionadas. Primeiro é a honestidade - é um homem honesto. Segundo, é um homem austero. O Governador Anastasia é um homem absolutamente austero. Perdoe-me. Agradeço a gentileza do aparte.

O Deputado Paulo Guedes* - Perfeitamente, mas quero discordar de V. Exa. Tenho dados, não estou falando aqui para a plateia. O helicóptero é usado, sim, diariamente. Se formos voltar a esse assunto, começarei a questionar aqui, por exemplo, a viagem do Senador, com o dinheiro do Senado, o seu passeio semanal ao Rio de Janeiro. A imprensa nacional pega no pé do Governador Sérgio Cabral, do Rio de Janeiro, porque ele usou helicóptero, mas esquece, por exemplo, que Aécio usou a verba do Senado para toda semana ir passear no Rio de Janeiro. Mais do que isso, para refrescar a sua memória, durante os oito anos em que era Governador - fica a interrogação -, toda quinta-feira Aécio Neves ia também descansar no Rio de Janeiro, a sua terra predileta. Fica a interrogação para o Ministério Público. Há um processo que está lá, nas mãos do Gurgel, cujo novo apelido é Gurgécio, porque se passaram dois anos e ele não falou nada. Então é bom V. Exa., ao questionar este Deputado, saber que temos muito mais coisas a questionar nesta Casa.

No entanto vou encerrando por aqui, e espero que pelo menos a Cemig e a Copasa tomem as providências em relação às denúncias que fiz sobre o descaso no tratamento do Norte de Minas. Além disso, que as forças de segurança pública do Estado ajam para resolver o caso do sumiço da garota Emily Ferrari, em Rio Pardo de Minas, e do meu primo Álvaro Rocha, na cidade de Manga. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 15/7/2013, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

exonerando Isabel Cristina Balbino de Andrade do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;

exonerando Teresinha Chaves de Paula do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;
nomeando Isabel Cristina Balbino de Andrade para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;
nomeando Teresinha Chaves de Paula para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas.

TERMO DE ADITAMENTO ADT/100/2013

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Atual Service Ltda. Objeto: prestação de serviços gerais de suporte à gestão patrimonial e de materiais, com fornecimento de uniformes, equipamentos de segurança e demais materiais que forem necessários. Objeto do aditamento: 1ª prorrogação, com reajuste de preço. Vigência: 12 meses a partir de 21/06/2013. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2009-3.3.90-10.1.

TERMO DE CREDENCIAMENTO – CTO 111/2013

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Restaurar Serviços Odontológicos Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica nas especialidades de clínica odontológica geral e ortodontia. Vigência: 60 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigível (art. 25, “caput”, da Lei Federal nº 8.666, de 1993). Dotação orçamentária: 10110112270120090001339000.